



CADERNOS DE EDUCAÇÃO
POPULAR **16**

**A quem pertence
a informação?**

WASHINGTON NOVAES



Nova

Cadernos de Educação
Popular 16

Cadernos de Educação
Popular 16

**A quem pertence
a informação?**

WASHINGTON NOVAES

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

N819a Novaes, Washington, 1934-
A quem pertence a informação? / Washington Novaes. -
Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Nova, Pesquisa e As-
sessoria em Educação, 1989.
(Cadernos de educação popular; 16)

1. Jornalismo - Brasil - Discursos, conferências etc. 2.
Imprensa - Brasil - Aspectos sociais - Discursos, conferências
etc. I. Título. II. Série.

89-0844 CDD - 079.81
CDU - 070.I.(81)



Petrópolis
em co-edição com

Nova

Pesquisa e Assessoria em Educação
1989

(c) 1989, NOVA — Pesquisa e Assessoria em Educação
Rua Barão do Flamengo, 22/803
Rio de Janeiro, RJ
Brasil

Direitos de publicação:
Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689 Petrópolis, RJ
Brasil

Projeto gráfico
Gerardo Hanna

ISBN 85.326.0132-4

Este livro foi composto e impresso nas oficinas gráficas da Editora Vozes Ltda.,
em novembro de 1989.

Sumário

- Apresentação, 7
- Minha Experiência no Diário da Manhã, 9
- Como o Brasil pode chegar a ser uma sociedade democrática
se os interesses de 90 milhões não aparecem na comunicação?, 11
- A crise de identidade da imprensa, 27
- Como fazer o jornal que seu Brederodes gostaria de ler, 35
- Momentos de aflição, 38
- O que é que o jornalismo tem?, 41
- Quem diz o que acontece, 45
- A imprensa e a abertura, 48
- A fome e os jornalistas, 52
- Macaco, olha o teu rabo, 55
- O diabo na rua, no redemunho, 59
- O leitor como testemunha, 63
- Quem manda na televisão, 66

Apresentação

Enola
no Diário da Manhã

A reflexão de Washington Novaes, autor dos textos deste "Caderno", parte da premissa que "a igualdade na oportunidade de acesso à informação é um pressuposto da democracia". Esta premissa perpassa as duas palestras e os dez artigos que compõem esta revista.

A origem destes artigos, escritos no período de 1982 a 84, estão explicitados pelo próprio Washington no relato da sua experiência no **Diário da Manhã**, que segue a esta "Apresentação".

As duas palestras foram pronunciadas nas Universidades Católicas do Rio de Janeiro e de Goiás. A primeira delas, na ordem em que aparecem nesta revista, foi pronunciada em novembro de 1988, por ocasião do seminário: "Universidade e educação popular: elos e rupturas"; a segunda, em setembro de 1987, numa promoção da Associação Goiana de Imprensa.

Estas duas palestras ("Como o Brasil pode chegar a ser uma sociedade democrática se os interesses de 90 milhões não aparecem na comunicação?" e "A crise de identidade da imprensa") foram realizadas tendo em vista eventos específicos, o que explica a recorrência de determinadas questões. Na realizada na PUC/RJ, pelo seu Departamento de Educação, o que estava sendo debatido era o "vídeo popular", razão pela qual Washington Novaes enfoca, em várias passagens da sua fala, esta questão. A palestra na PUC/Goiás foi proferida no Dia da Imprensa, e Washington Novaes foi convidado a discorrer sobre o papel da imprensa na atualidade.

Os artigos publicados no "Diário da Manhã" foram feitos em cima de temas e questões do dia-a-dia. Os textos, no entanto, continuam atuais, já que permanecem os problemas neles abordados.

Pedro Benjamim Garcia

Minha experiência no Diário da Manhã

Em março de 1982, a convite de um amigo, comecei a escrever artigos semanais no **Diário da Manhã**, de Goiânia.

Um mês depois, lá pelo quarto ou quinto artigo, para discutir a ética do jornalismo, contei uma história de 25 anos antes, na velha **Folha da Manhã** (hoje **Folha de São Paulo**): o secretário do jornal, pessoa muito ética, decidira publicar numa página interna, quase escondida, a notícia de um desempregado/desesperado que matara a mulher e os filhos e se suicidara; quando observei que ele deveria dar mais destaque à notícia, ele me contou que fizera isso em outra ocasião, dera na primeira página, com muito destaque, uma notícia semelhante; nos dias que se seguiram, surgiram várias outras notícias idênticas. "Não sei se algum desses desesperados leu aquela notícia e ali encontrou a saída para o seu drama, nunca vou saber; então, não sei o que fazer; tenho de publicar, publico assim, sem destaque; o que você faria?".

Mais de 30 anos depois, nenhum jornalista podia dizer que tinha a resposta. Porque não se discute ética do jornalismo no país.

O dono do **Diário da Manhã** me telefonou convidando para assumir a direção da Redação do Jornal: "se você pensa isso, por que não vem fazer aqui?" – perguntou ele.

Fui. Deixei a Rede Globo e um mês depois assumi a Redação, com o compromisso do casal de proprietários, de que teria carta branca para fazer um jornal isento, sem compromisso com ninguém, a não ser o leitor.

O trabalho começou pela formação de um Conselho Editorial, do qual participavam todos os editores, cada um deles levando também um repórter ou redator da sua área para as reuniões que começavam todos os dias às 13 horas. Ali se discutia todo o jornal que acabava de ir às ruas e

o que se começava a fazer. Cada dia um editor fazia a crítica do jornal inteiro (para forçar a participação). Todas as divergências eram resolvidas por votação e todos os votos tinham o mesmo peso, inclusive o dos donos do jornal. Qualquer outra pessoa da Redação que quisesse participar da reunião também podia.

Começamos a levar o jornal aos bairros de Goiânia, para discutir os problemas dali diante das autoridades encarregadas de resolver os mais frequentes (água, esgotos, segurança, educação, lazer etc.). Como os debates eram publicados, conseguiu-se que uma grande parte dos problemas fosse resolvida na hora mesma do debate.

Promoveram-se debates públicos a respeito do jornal — o que o leitor esperava dele, do que gostava, do que não gostava o que sugeria.

E, afinal, criou-se o Conselho de Leitores, integrado por 50 pessoas que representavam a sociedade (partidos políticos, sindicatos patronais e de empregados, OAB, igrejas, universidades etc.) e se reuniam quinzenalmente, no princípio, e semanalmente, depois, com o mesmo propósito: discutir o jornal, criticar, sugerir. Os debates eram publicados.

Nos 19 meses que durou a experiência, a circulação do jornal multiplicou-se por cinco e ele passou a vender mais, de terça a sábado, que seu concorrente principal (pertencente a um grupo que é afiliado da Rede Globo e podia anunciar maciçamente seu jornal na TV, sem custo). Aos domingos, perdia por pouco para esse concorrente, por causa do caderno de TV de **O Globo** que este reproduzia (dados do IVC). Na publicidade, o **Diário da Manhã**, que perdia de 20 para 1 do concorrente, ao final dos 19 meses já vencia de 5 a 3.

O jornal enfrentou muitas pressões, neste período. E tinha por norma contar ao leitor sempre que isso acontecia (até para que não se repetisse). A norma geral era **publicar**, fosse o que fosse; ao leitor cabia decidir.

Ao final de 19 meses, aconteceu uma sobreposição de crises: política, com o governo do Estado, que era o maior anunciante (desse e de todos os órgãos de comunicação no Estado); com o poder econômico, que não tinha como controlar o jornal; uma crise financeira; uma crise administrativa; e até crises de natureza mais pessoal.

Deixei a direção do jornal, no mesmo momento em que alguns dos principais editores (Aloysio Biondi, José Antônio Menezes, Marco Antônio Tavares Coelho) se afastavam e metade da Redação era demitida. Mas ainda continuei como colaborador durante alguns meses, escrevendo artigos.

Foi um tempo extraordinariamente rico e fértil. Talvez tenha aprendido ali mais que nos 25 anos anteriores de jornalismo.

Washington Novaes

Como o Brasil pode chegar a ser uma sociedade democrática se os interesses de 90 milhões não aparecem na comunicação ?

Embora seja até presidente de uma instituição ligada ao vídeo popular, na prática, a minha experiência mais recente tem sido muito mais de televisão ou de outros meios de comunicação formais do que no vídeo popular. Então, queria colocar aqui algumas questões à margem e um pouco paralelas ao vídeo popular.

Eu trabalhei durante alguns anos no Globo Repórter, até 1981. E lá aconteceu uma coisa muito curiosa. Por volta de 1978 ou 79, quando começou a abertura política, o Globo Repórter passou a tratar mais sistematicamente de temas da realidade brasileira. E isso gerou uma crise interna no Globo Repórter e na TV Globo, porque além do problema político de tratar da realidade brasileira da forma como ela foi tratada, aconteceu um problema de audiência. Os problemas que trataram da realidade brasileira foram exatamente os que tiveram menor audiência no Globo Repórter — temas como a mortalidade infantil, como o trabalho das meninas e a diferença para o trabalho de meninos, temas como migração, bóias-frias e outros. As pesquisas de audiência mostravam que a queda de audiência era quase brutal, exatamente nas chamadas classes D e E, as de menor renda e de menor nível cultural, no sentido formal, clássico. Havia também uma queda bastante grande nas classes A e B. O programa se sustentava razoavelmente nas classes intermediárias. E começaram os problemas: além do problema político, um problema comercial, na medida em que o programa começou a perder em audiência para os seus concorrentes, principalmente para o Programa do Chacrinha, que na época creio que estava na TV Bandeirantes.

Eram programas feitos com bastante competência e eficiência por profissionais muito experimentados e conceituados e que merecem o

maior respeito, como o Eduardo Coutinho, Oswaldo Caldeira, Odacy Costa, por mim mesmo. Isso levou a uma discussão interna, no Globo Repórter, que chegou mais ou menos ao mesmo ponto da pergunta que o Breno Kuperman fez ao Eduardo Homem: o que acontece a partir dessa colocação, dessa projeção do vídeo popular para os públicos escolhidos? Como as pessoas recebem isso e o que acontece com elas?

Na época, no Globo Repórter, se discutiu a questão da linguagem — se a linguagem era eficaz ou não. Mas era curioso, porque ela funcionava na chamada classe C, e não funcionava na D nem na B, que são próximas. Por quê? Foi feita, então, a seguinte colocação, que eu acho curiosa para quem trabalha nessa área da comunicação e na comunicação popular. Chegou-se a uma pergunta, mais que a uma conclusão: será que não é o fato de os programas se limitarem à exposição do problema, sem uma discussão real de alternativas e de possibilidades, de caminhos e de experiências transformadoras? Porque havia um limite institucional-político dentro da emissora.

Essa é uma questão que me ficou na memória e que me provoca até hoje, porque não tenho ainda resposta. O Eduardo Homem mesmo diz que eles na TV Viva não têm ainda uma sistematização, uma avaliação do que acontece a partir dos programas. Penso que seria uma experiência decisiva se isso acontecesse, se algum programa desse tipo fosse acompanhado para ver exatamente o que é que acontece.

Porque a sensação que nos ficou, nós que discutimos muito essa questão naquele tempo, é a seguinte: as pessoas mais pobres, vamos dizer assim, não estão interessadas numa simples exposição do seu problema; esse conhecimento da sua realidade, do seu cotidiano, dos seus problemas, elas já têm, e muito maior que o do expositor.

Nos outros públicos, nós tínhamos alguma indicação de que nas classes A e B havia uma indignação com o Globo Repórter pelo fato de tratar desses problemas naquela hora, na hora em que as pessoas jantam, na hora em que as pessoas chegam cansadas da rua e não estão interessadas em discutir esse tipo de coisa.

Essa questão — da eficácia da comunicação popular, saber o que acontece a partir dela — deveria ser uma das nossas cogitações centrais, aferir isso.

Essa é uma primeira abordagem, que não envolve nenhuma crítica, nenhuma restrição ao trabalho da TV Viva, que eu acho admirável, inclusive na sua busca de linguagens e de formatos.

Outra abordagem que poderia ser útil está em que talvez a nossa luta não precise ficar confinada apenas aos formatos alternativos. A questão da comunicação no Brasil hoje nos leva a perguntar como vamos continuar caminhando em direção a uma sociedade democrática sem uma transformação bastante profunda na área da comunicação. Penso que não precisaria discutir aqui, com este público, pelo menos, que o direito de acesso à informação é um dos pontos fundamentais, é uma das bases para a construção de uma sociedade realmente democrática. E esse direito de acesso à informação, no Brasil, não está protegido legalmente, institucionalmente. Não há nada que proteja o cidadão brasileiro nesse seu direito, nem mesmo na nova Constituição, da qual se falou tanto. Aliás, os avanços na área de comunicação foram modestíssimos: apenas se outorgou ao Congresso Nacional o direito de aprovar, homologar ou não, concessões de rádio e televisão dadas pelo Executivo, pelo Presidente da República, que mantém esse direito feudal, vamos dizer assim. No mais, ela se limita a uma referência à regionalização da comunicação, em limites que serão definidos por uma lei complementar. A emenda original falava em obrigatoriedade de produção local ou regional de 30% nas emissoras. Esse número caiu e a definição da porcentagem foi transferida para a lei complementar. Não se sabe como será regulamentada.

Portanto, não há **nada** na legislação brasileira que proteja nem o cidadão receptor da informação, nem o profissional que trabalha com essa informação. O profissional não tem nenhum direito sobre essa informação; não há nada que impeça um meio de comunicação de transmitir uma informação mutilada, cortada, deturpada, às vezes, até ao contrário do que o repórter ou jornalista colheu essa informação, escreveu, e às vezes, até, com o nome dele.

E não precisava ser assim. Não é necessária uma mudança de regime, não é tornar o país socialista para que algumas coisas possam acontecer nessa área. Há muitas coisas acontecendo no mundo, muitas já implantadas, já institucionalizadas, que protegem o direito da sociedade à informação — e que no Brasil não existem. Por exemplo, na Alemanha Ocidental e em muitos países europeus, onde a televisão é privativa do estado ou é pública, há conselhos que dirigem essas televisões e que são formados por representantes da sociedade, por representantes dos partidos políticos, na proporção dos seus votos no Parlamento, por entidades da chamada sociedade civil, como federações de empregadores e empregados, igrejas e outras instituições. E são esses colegiados que decidem os rumos dessas televisões. Nos Estados Unidos, em vários lugares, é proibida a propriedade simultânea de televisão e jornal ou rádio, exatamente para impedir a formação de oligopólios/monopólios e a prática da concorrência desleal. Ainda recentemente o Congresso dos Estados Unidos aprovou um dispositivo tornando nacional o impedimento de propriedade simultânea de televisão e jornal ou rádio na mesma cidade. Há países onde a figura do ombudsman, esse representante da sociedade dentro do meio de comunicação, já é obrigatória. Há países que têm tribunais de ética, aos quais as pessoas podem recorrer sempre que se sentirem prejudicadas; e esses tribunais podem promover até a

cassação do direito de exercício da profissão por alguém que fira determinados princípios. E assim por diante.

O Brasil terá que chegar a formas de controle social da informação — que não se confunde com censura — porque a informação é um direito da sociedade que não pode ser, absolutamente, apropriado como está sendo.

Vou me referir aqui a uma experiência de trabalho que me enriqueceu muito profissionalmente. Foi a experiência que me levou a morar em Goiânia, em 1982, quando o dono de um jornal — o **Diário da Manhã** — me convidou para dirigi-lo, assegurando absoluta liberdade de trabalho, nenhuma restrição. Então, foi criado no jornal um conselho editorial, do qual participavam todos os editores, numa tentativa exatamente de pluralizar as decisões, de descentralizar as decisões. Esse conselho se reunia todos os dias, à uma hora da tarde, para discutir tudo o que havia saído no jornal daquele dia e tudo o que seria publicado no dia seguinte. Cada editor era obrigado a levar um repórter ou um redator da sua área. A discussão era aberta e qualquer divergência se resolvia por voto; quando os donos do jornal, marido e mulher, queriam participar, participavam; frequentemente foram derrotados e cumpriram.

Essa experiência foi revelando coisas muito curiosas, a principal das quais era que a abertura do jornal para determinados temas levava a transformações, levava a discussões muito significativas. Isso começou com o jornal promovendo debates nos bairros e levando para a discussão autoridades e especialistas das áreas que iam ser discutidas. Nesses debates se mostrou uma primeira coisa: que 80% dos problemas podiam ser resolvidos ali mesmo, com decisões tomadas ali, na hora.

E é claro que isso só acontecia porque aquelas pessoas que participavam dos debates, que eram autoridades e especialistas, sabiam que o que ia ser dito ali seria publicado no jornal; então, essas pessoas se interessavam imediatamente em dar solução à maior parte dos problemas que eram colocados ali, quase sempre os mesmos, de água, de esgoto, de falta de lazer, de segurança, de iluminação, enfim, todas as carências do povo.

Mas começaram a acontecer também, no jornal, algumas discussões prolongadíssimas e complicadas, que têm a ver com aquela primeira questão mencionada aqui. A primeira dessas discussões aconteceu quando um repórter foi a um presídio para fazer uma matéria qualquer e encontrou uma moça de 19 anos com uma filha de 3 anos, um menino de um ano e grávida de um terceiro filho, cujo marido estava preso. A repórter — Lisa França — fez uma matéria sobre isso, com uma foto impressionante daquela mulher com as duas crianças e com a barriga já no 5° ou 6° mês de gravidez, ali, nos corredores do presídio, vivendo da caridade dos presos: eles comiam os restos de comida dos presos. Nós publicamos essa foto na primeira página do jornal, com a matéria feita pela repórter. A mulher e o marido eram catadores de papel e ele estava preso porque, ao tentar comprar leite fiado, o dono do botequim não quis vender e ainda o insultou; ele deu uma canivetada na barriga do dono do botequim.

Quando a notícia foi publicada, no dia seguinte, um promotor leu, se interessou, requisitou o processo e verificou que ele só estava preso porque era pobre. Em primeiro lugar, podia ter respondido a esse processo em liberdade, como qualquer pessoa primária que tivesse um advogado; segundo, todos os prazos processuais estavam vencidos e de novo não havia razão para ele estar lá. Então o promotor pediu a soltura e o juiz autorizou.

A repórter voltou lá, fez uma matéria com fotos comoventes do reencontro dele com a mulher e os filhos em frente ao presídio e, de novo, nós publicamos na primeira página. Nesse mesmo dia, outro repórter — João Domingos — acompanhou o casal e os filhos na volta à casa dele e foi encontrar uma comunidade de catadores de papel e mendigos que moravam embaixo de uma ponte. Ele fez uma matéria sobre isso e uma foto daquela comunidade, que morava em barracos de papelão, e essa foto foi publicada, de novo, na primeira página. Aí apareceu no jornal um procurador do Estado, aposentado, que reconheceu naquela foto um homem que era trapezista e aos 16 anos de idade abandonou o circo e foi morar com a família dele; morou durante alguns anos. Depois desapareceu e eles nunca mais o tinham visto. Esse procurador foi lá, retirou esse sujeito de debaixo da ponte, levou para casa, as pessoas da família deram banho, cortaram-lhe o cabelo, deram uma roupa limpa, etc. De novo, botamos essa foto na primeira página. Em seguida, o governo do Estado resolveu providenciar um pequeno conjunto habitacional para aquelas pessoas que moravam embaixo da ponte e elas foram morar nessas casas.

Essa história provocou um grande debate interno, no jornal, entre as pessoas que achavam que tinha que fazer isso mesmo, dar espaço aos problemas das pessoas que têm mais problemas no Brasil, e entre os jornalistas que achavam que isso é assistencialismo, que não era o caso de fazer isso, que a sociedade tem que ser transformada por outros caminhos políticos e não por esse caminho.

Foi um debate aceso, que não chegou a nenhuma conclusão. Nenhum dos dois lados arredou pé. E havia argumentos interessantes. Por exemplo, numa discussão, alguém disse aos que achavam que isso era assistencialismo: "O curioso é que ninguém briga quando os jornais dão atenção e espaço aos problemas dos ricos, das empresas, dos bancos, dos fazendeiros; agora, quando se dá espaço e atenção aos problemas dos pobres isso é considerado assistencialismo".

Algum tempo depois, um dia eu fui chamado ao escritório do dono do jornal, porque um diretor da Caixa Econômica Federal pedia que não se publicasse uma matéria sobre um suposto débil mental que queria abrir conta na Caixa e que um segurança tinha expulsado de lá. Ele tinha ido ao jornal reclamar. Como o jornal tinha uma regra, a de que notícia era para publicar e não para não publicar, eu disse que em princípio íamos publicar, mas que eu ia verificar a história. A repórter — a mesma Lisa França — já havia escrito a história: era um homem aposentado que andava com um saco nas costas, no qual ele carregava um penico, porque tinha incontinência urinária: era por isso que estava aposentado. Ele queria abrir uma conta na Caixa, mas a cada vez que ele chegava aumentavam as exigências; ele chegava com 5 mil cruzados, pediam 10; quando ele chegava com 10, pediam 20, pediam 50 e ele não conseguia abrir a conta. Um dia, perdeu a paciência, disse uns desaforos e o segurança deu uns sopapos nele, botou-o para fora, ele foi ao jornal reclamar. A matéria estava correta, formalmente: tinha as declarações do sujeito, as declarações da gerente da Caixa. E alguém da redação me disse: "Eu conheço esse diretor da Caixa, é uma pessoa muito correta" e tal. Então, eu disse à repórter: quem sabe você aprofunda um pouco mais, vai ver quem é esse sujeito, se ele é doido mesmo, se não estão inventando a história; procura a família dele. A repórter falou: "Não estou de acordo; todo dia, no jornal, está cheio de pessoas irresponsáveis ou loucas dando declaração, como ministros e outros, e ninguém vai à casa deles perguntar se eles são malucos ou não". Eu concordei e propus: realmente, é verdade; agora, nós podíamos fazer o seguinte: em vez de publicar amanhã, vamos adiar; é um bom tema para discutir lá no conselho editorial; vamos ver o que acontece.

No conselho, contei essa história da mesma forma que estou contando aqui. E pegou fogo, evidentemente. Metade das pessoas, indignadas, achando que se o jornal publicasse esse tipo de informação ia se transformar, como diziam, no "refúgio dos pés de chinelo da vida", no refúgio dos mendigos, dos miseráveis; outra parte, achando que tinha que publicar. Voltou o debate sobre assistencialismo: é assistencialismo, não é assistencialismo, como é que faz? E houve reflexões muito curiosas, como a do Editor Edson de Almeida, que acabou provocando um editorial do jornal. Ele disse que esse cidadão era um modelo de ordem e zelo: como tinha incontinência urinária, carregava um penico, numa cidade que não tem banheiros públicos. Isso levou o jornal a fazer um editorial exigindo que se construíssem banheiros públicos em Goiânia.

Mas essa discussão levou três horas e não chegou, evidentemente, a lugar nenhum. Então, fiz uma proposta: em vez de publicar uma notícia, vamos dar uma página inteira, no domingo, da seguinte forma: eu vou escrever esse relato, o mesmo que eu fiz aqui; vamos publicar a notícia; e quem quiser que dê a sua opinião; eu vou dar a minha. E assim uns 10 ou 12 editores e repórteres escreveram e saiu uma página sobre esse assunto, que provocou em seguida um grande debate entre os leitores. Para mim, foi um dos momentos mais bonitos do jornal. Um pouco mais adiante, então, se resolveu aprofundar um pouco mais essa experiência e criar um conselho de leitores, que era a forma de começar a tentar estabelecer um controle social sobre a informação. Foi instituído um conselho com 50 membros, representando partidos políticos, a Ordem dos Advogados, a igreja, sindicatos patronais e de empregados, a associação dos Invasores (lá eles se chamavam invasores, não se chamam favelados). Esse conselho começou a se reunir quinzenalmente e, de novo, foi muito curioso, porque nas primeiras reuniões só apareceram aquelas pessoas que representavam grupos sociais que ainda não tinham espaço nos meios de comunicação; os que já tinham espaço, como por exemplo a Federação das Indústrias, a Ordem dos Advogados, os grandes partidos políticos, a própria igreja, não apareceram, só apareceram os dos invasores, das micro-empresas, pequenas empresas, sindicatos, etc. Mas como os debates no conselho passaram a ser publicados pelo jornal, então as outras pessoas começaram a aparecer, porque o espaço começou a ser ocupado pelos que não tinham espaço.

Foi uma experiência muito rica, muito fértil, que teve a oposição de uma parte dos jornalistas da própria redação, que se recusavam a comparecer a essas discussões e achavam um absurdo que elas acontecessem.

Os debates nesse conselho deram uma idéia muito clara de que a sociedade pensa sobre os meios de comunicação de modo bastante diferente daquilo que os profissionais da comunicação pensam, em geral. O que as pessoas acham que deve ser publicado, quais são os assuntos importantes, a sua visão desses assuntos são bastante diferentes da dos jornalistas.

Houve discussões muito interessantes, muito curiosas. Um dia, o representante da União Brasileira de Escritores propôs que o jornal restabelecesse um suplemento literário que já havia circulado e que tinha desaparecido. O representante do Sindicato dos Bancários disse: "Olha, eu até leio algumas coisas de literatura, eu gosto do Drummond, do Fernando Sabino, mas se publicar um suplemento com esse nome, 'Suple-

mento Literário', eu joga no lixo direto e não quero saber". Aí se acendeu uma discussão em torno disso e o debate foi se centrar exatamente na questão de que os jornalistas não sabem o que a sociedade quer. Quando estava em meio essa discussão, levantou-se um representante da associação das micro-empresas, com uma caixa de sapatos na mão, tirou o tênis de dentro, bateu com ele na mesa, e disse: "Vocês ficam discutindo essas bobagens aí, de cultura e não seu o quê, e de jornalistas, e as universidades ficam aí a formar jornalistas para não ter trabalho, para não ter mercado... Cultura é isso aqui, ó! — e batia com o tênis em cima da mesa. Isso aqui é cultura! Esse tênis aqui é feito por um crioulo aqui de Goiânia, que sozinho inventou um modelo de tênis; agora ele tem que fabricar 10.000 tênis por mês mas não tem quem possa modelar esses tênis, não tem desenhista, enquanto isso vocês ficam formando jornalistas vagabundos, sociólogos, não sei o quê! Por que não formam desenhistas na universidade? Por que o jornal não fala desse assunto? Por que ele não fala dessas coisas que dão emprego, pra nós goianos, que estamos precisando? E aí pegou fogo de vez. E levou o jornal a criar uma coluna sobre micro-empresas.

Esse tipo de experiência aguçou muito, para mim, essa questão: nós temos que pensar nesses ângulos da comunicação, precisamos institucionalizar a proteção do direito da sociedade à informação.

Gostaria de falar disso por um outro ângulo, ainda, que é o da regionalização da informação. E vou começar contando uma história. Há um ano e pouco o meu filho de 8 anos me disse: "Pai, me compra uma camisinha de vênus?". Eu respondi: mas você quer camisinha de vênus por quê? Ele disse: "Porque criança também pega AIDS". E eu disse: bom, mas isso não é assim, uma criança só pode ter AIDS se for transmitido na gestação ou então se ela tiver contato sexual com uma outra pessoa que tenha AIDS. Eu não tenho AIDS, nem sua mãe. Você vai ter relação com alguém que tenha AIDS? Aí ele me disse: "Esse assunto eu não discuto com você".

Num primeiro momento, eu tomei assim como uma coisa engraçada, de uma criança. Mas insisti e ele de novo me disse: "Esse assunto eu não discuto com você".

Fiquei pensando nessa história e acabei muito alarmado, porque nós nos esquecemos que a criança tem sexualidade e que a sexualidade infantil é vedada no mundo dos adultos, não tem lugar, não pode se explicitar no mundo dos adultos. E eu fiquei me perguntando, então, o que é que estará acontecendo na cabeça das crianças com esse bombardeio de informações sobre a AIDS, mas que não se dirige nunca à criança, ao seu universo, e na sua linguagem, nas suas formas de entendimento. Isso aconteceu também algum tempo depois, no Nordeste, quando vi diante da televisão uma mulher dos seus 60 anos, no momento em que a Irene Ravache dizia que era preciso ser criativo na relação sexual e usar camisinha de vênus. Essa mulher perguntou a uma outra

pessoa: "Que novela é essa?". E eu fiquei me perguntando: se essa mulher, por falta de uma linguagem adequada, de uma comunicação apropriada, um dia não correria o risco de morrer de AIDS, por falta de informação.

Esse problema da regionalização da comunicação é extremamente grave. Nós estamos vivendo hoje, no Brasil, um momento em que a transformação acontece em alta velocidade e em que uma porção de culturas — porque o Brasil é realmente um arquipélago de culturas — está sendo submetida a essa transformação e muitas culturas estão sendo esmagadas, sem possibilidades de expressão, sem possibilidade de afirmação, sem possibilidade de escolha.

O fato de morar em Goiás e viajar muito pelo Brasil tem me mostrado isso com muita clareza. Nós precisamos fazer alguma coisa nesta direção e não apenas nos formatos alternativos do vídeo popular. Nós temos uma luta para desenvolver dentro dos meios de comunicação tradicionais. É uma luta que já está atrasada e que não pode mais demorar, ou então vai ter efeitos trágicos no Brasil.

Essas culturas, no Nordeste, no Centro-Oeste, na Amazônia, estão submetidas a um bombardeio e a um esmagamento implacáveis. É uma questão grave no Brasil. Nós temos que pluralizar a informação. Não podemos caminhar na direção da uniformização. Talvez a maior riqueza brasileira seja, realmente, a sua diversidade cultural e essa criatividade popular que já não têm muito onde se expressar.

Na verdade, nós deveríamos pensar, utopicamente e idealmente, numa comunicação que pudesse estar o mais próxima possível de cada indivíduo, numa comunicação cada vez mais particularizada. Mas nós estamos caminhando na direção exatamente oposta.

Há poucas semanas, fui chamado, em Goiânia, a participar de uma discussão com um grupo de deficientes visuais e cegos, quem têm problemas muito concretos e muito específicos de comunicação. Mas ninguém está cuidando disso, ninguém está pensando nisso. Eu já sabia um pouco do problema, exatamente pela experiência do Globo Repórter, por ter trabalhado numa televisão de grande audiência. Os problemas que surgiam lá, ninguém pensa neles. Não se pensa que os cegos "vêem" televisão, vêem no sentido de que ouvem e alguém complementa ou eles imaginam. Então houve um tempo, no Globo Repórter, em que nós começamos a receber muitas reclamações dos cegos, porque o nar-

rador não dizia quem era que estava dando a entrevista, quem estava falando aquilo. Isso era muito angustiante para eles, não saber quem estava falando aquelas coisas. Na época, isso nos levou à criação de uma regra no Globo Repórter, que era o entrevistado ter uma identificação obrigatória e não apenas em letras, em caracteres, como se vinha fazendo; tinha que ser mencionado pelo narrador quem falava. Isso nos levou também a pensar que, além dos cegos, havia também os analfabetos e as crianças que não sabem ler e que também ficavam sem saber.

Depois, surgiu o problema dos surdos-mudos, que ficavam indignados quando começava uma entrevista de uma pessoa e de repente desaparecia a imagem do entrevistador e entrava uma imagem do assunto sobre o qual ele estava falando; eles perdiam o labial da pessoa e já não sabiam mais o que a pessoa estava falando, o que estava acontecendo. Então, tomou-se a decisão de que as entrevistas não seriam mais "cobertas" por imagens.

Por esse mesmo motivo, no Japão, já há uma obrigatoriedade de que nos noticiários de televisão um canto da tela seja ocupado por um narrador para surdos-mudos, em linguagem manual. A TV Bandeirantes fez uma experiência aqui no Rio de Janeiro, no seu noticiário local, que infelizmente foi abandonada e, segundo me disseram, por desinteresse dos jornalistas. Os jornalistas não davam o script para o intérprete, ele não era pago, era mal tratado e ao fim de algum tempo foi-se embora.

Tenho o maior respeito, carinho e interesse pelo vídeo alternativo, pelo vídeo popular, mas penso que nós deveríamos, também travar essa outra luta, brigar por essas coisas, ou então não vamos para lugar nenhum: como é que o Brasil pode se transformar e chegar a ser uma sociedade realmente democrática se os interesses de 80 ou 90 milhões de pessoas não entram sequer em cogitação, não aparecem na comunicação? Como é que se vai mudar este país? Quem é que vai mudar, quem é que vai dar importância a isso, se isso não é tratado? Se essas questões não começarem a ocupar espaço na comunicação brasileira, nós não vamos progredir em matéria política.

DEBATES

Pergunta — Eu queria fazer uma pergunta ao Washington: em cima de que você acaba de descrever, eu acho que é muito rico e que seria interessante retomar uma das perguntas que você fez: de que maneira se pode saber o que é que acontece depois de uma emissão?

Eu acho que com a experiência que você tem de televisão, do Globo Repórter, as histórias que você contou em relação à imprensa mesmo, eu acho que seria interessante saber em que ocasiões esse retorno veio. E uma segunda parte da pergunta é: em que medida a alternativa que você imagi-

nou que poderia ser tocada, mas que levanta problemas políticos, qual seja a de possibilidade de saída ou de eventuais caminhos de solução para os problemas apresentados, em que medida isso não pode ser tratado, efetivamente, dentro de um meio como televisão em geral, não a Globo em particular, mas a televisão em geral, porque feriria determinados interesses?

WN — Esta pergunta está relacionada com esta questão dos limites institucionais, que só vai ter resposta na medida em que nós ampliarmos estes limites institucionais. No momento em que a sociedade tiver direitos, ela vai exigir estes direitos na comunicação, e isto vai nos dar uma resposta. O que é que nós podemos discutir ou não podemos discutir? Por enquanto, em princípio, nós não podemos nada. Vamos colocar aqui, por exemplo, o seguinte: o poder de um dono de qualquer meio de comunicação é um poder anacrônico, porque é um poder absoluto; ele tem poder de vida e morte sobre qualquer informação; ele diz não e acabou, essa informação não existe mais, não há força que possa obrigá-lo a publicar, ainda que seja a informação mais relevante do ponto de vista do interesse público.

Dentro de um meio de comunicação, na verdade há uma pirâmide de não que é imobilizante, é paralisante: tem o não lá em cima, que é o não do dono; tem um segundo não, que é o não dos executivos de primeiro nível, que sempre é um pouco maior do que

aquele outro não, porque cada um acrescenta o seu não pessoal e uma margem de segurança; no terceiro nível isso se repete; e quando se chega aos que executam, aos que fazem, o não é gigantesco, nada é possível, a não ser o que já foi feito e deu certo; e por isso eles são repetitivos, todos os meios de comunicação, e principalmente a televisão, que ainda tem o problema de ser uma concessão de serviço público, que pode ser ou não renovada, pode ser cassada pelo poder concedente, que é discricionário.

Então, essa ampliação da possibilidade de discussão das questões reais nos meios de comunicação vai depender disso, vai depender de marcos legais, de marcos institucionais. Isso é uma luta da sociedade.

Pergunta — Como foi a discussão disso na Constituinte?

WN — Foi muito frustrante. Houve algumas propostas, até de conselhos de comunicação. Havia uma emenda específica propondo que se dissesse que a informação é um direito social, mas isso está mencionado **en passant**. E ao final, só prevaleceram duas coisas: uma primeira é o dispositivo que atribui ao Congresso o poder de homologar ou não concessões de rádio ou televisão; e a segunda determina a obrigatoriedade de regionalização, mas em percentuais a serem estabelecidos por lei complementar, porque caiu a proposta original, que era já estabelecer um percentual de 30%.

Na discussão da Constituinte, havia uma comissão que tratava de Educação, Comunicação, Cultura, Menor etc.. Essa comissão não conseguiu aprovar sequer o primeiro relatório, em que o relator era o Artur da Távola. Era um bom relatório. Mas o Centrão deu um golpe, passou por cima do regimento e aprovou um outro relatório que não o do relator, um relatório que não existia, inventado, criado pelo Centrão. Quando se chegou à discussão no plenário, não havia um relatório aprovado nessa área, porque não prevaleceu o do Artur da Távola, e nem podia prevalecer o do Centrão.

Eu acho que o Congresso, a Constituinte, nesse particular, se intimidou. Se intimidou diante do poder dos meios de comunicação, exatamente, e dos problemas de imagem que cada um deles poderia ter se levasse adiante esta briga. Realmente, não avançamos. Penso que são os dois pontos mais fracos da Constituinte, a discussão das atribuições das Forças Armadas e os meios de comunicação. E um terceiro, o da reforma agrária.

Pergunta — Você acha que seus programas de TV sobre índios ajudaram a mudar a imagem da cultura do índio brasileiro?

WN — Eu tenho a impressão de que sim, sem imodéstia. Tenho a impressão que o "Xingu", principalmente, na medida em que foi uma tentativa de mostrar a cultura do índio a partir da sua própria lógica interna, os seus critérios internos, a sua visão de mundo, e não segundo a visão de mundo nossa, de outra cultura, foi uma surpresa.

Tenho a impressão de que quem começou a abrir caminho para isso foram as crianças; o grande público, num primeiro momento, foram as crianças; depois isso se propagou nessa direção.

Eu penso que a consciência sobre a questão do índio no Brasil cresceu, mas não só por causa do "Xingu". De qualquer forma, eu guardo com muito carinho e emoção as palavras que o Darcy Ribeiro me disse sobre isso; ele achava que havia sido a maior contribuição para uma tomada de consciência nacional em torno da questão do índio.

Eu acho que o índio, hoje, já é visto, no Brasil, de uma outra forma. Tenho a impressão também de que foi importante sair da angústia que sempre mostrou o índio como uma vítima, porque era preciso mostrar a beleza e a força da cultura do índio, que ainda não se degradou no contacto com o branco e, principalmente, que era importante dar a palavra a ele, que o índio começasse a falar, porque o índio era falado e não falava. Nesse sentido, eu acho que possa, talvez, ter sido alguma contribuição.

Pergunta — Eu queria fazer uma pergunta a você em relação ao Sindicato dos Jornalistas, mas antes eu queria dizer o seguinte: você fez uma colocação de que não há nada que impeça que os meios de comunicação façam mutilações. Eu trabalhei na TV Globo 6 anos também e tenho pavor de jornalistas, verdadeiro pavor, porque eles nos mutilam, não sei se todos, mas um grande número deles. E tive a oportunidade de traba-

lhar na Fundação TV Educativa e tive oportunidade de acompanhar as gravações de um programa chamado Verso & Reverso, que a gente veicula. E a gente tinha a obrigação de pegar informações e depoimentos de professores das universidades, professores sérios, que estão fazendo trabalho com a população, alfabetizando adultos, e a gente não conseguia de jeito nenhum, porque os professores tinham pavor, porque os jornalistas, a equipe que estava com a gente, além de ter uma abordagem diferente, eles fazem uma abordagem esquisita, não sei como te explicar, mas é uma abordagem estranha, eles não respeitam — não sei se é respeitar, é meio perigoso dizer. Enfim, os professores universitários tinham pavor disso. E não adiantava usar o nome da PUC, dizer: "Olha, a gente está fazendo um trabalho sério, não é brincadeira, ninguém vai mutilar a sua informação". Isso é uma coisa que me parece gravíssima. No meio de televisão, é lobo comendo lobo mesmo, se você bobear dança mesmo. Parece que um diretor briga com o outro, é uma confusão desgraçada, uma briga de poder horrorosa. Então, eu queria saber até onde o Sindicato dos Jornalistas, o meio de vocês, atua, como é isso, o que se faz em função disso para tentar conscientizar os próprios jornalistas, porque eles são horrorosos. A gente vê na televisão os programas, eles retiram a informação, eles cortam o que querem, a gente fica à mercê deles, a gente quer falar e não consegue.

WN — Eu acho que os sindicatos fazem pouco. Até já estão fazendo um pouquinho mais do que faziam, mas fazem bastante pouco.

Os sindicatos, como quase tudo no Brasil, nestes últimos tempos, se transformaram quase em entes corporativos, muito empenhados em defender mercado de trabalho, salário, horas extras, férias e regulamentação dos interesses mais relacionados com o salário do que outras questões. Aqui mesmo, no Rio de Janeiro, houve uma época, quando eu morava aqui ainda, em que o Sindicato formou uma comissão para discutir um código de ética dos jornalistas, e eu fui uma das pessoas indicadas para esta comissão. Na primeira discussão, éramos 8, na segunda éramos 3, na terceira éramos 2 e da quarta em diante fiquei sozinho; não foi mais ninguém e essa comissão desapareceu.

Eu acho que os jornalistas têm que pensar e repensar muito tudo, você tem razão. De modo geral a corporação jornalística é altamente desrespeitosa em relação às pessoas com as quais ela trata e o pensamento dessas pessoas, a imagem dessas pessoas.

Se no Brasil vigorassem os padrões legais, digamos, dos Estados Unidos, 95% das publicações brasileiras iriam à falência em 6 meses, processadas pelas pessoas, por causa do desrespeito dos jornais brasileiros para com as pessoas. Vamos pegar, por exemplo, o noticiário policial: pela facilidade com que se diz que uma pessoa é acusada, ou é culpada, ou é indiciada, ou é incriminada, ou é isso, ou é aquilo, qualquer jornal desse iria à falência nos Estados Unidos ou na Europa; seria processado, pagaria indenizações gigantescas.

Mas também são questões que só vão se resolver na medida em que a sociedade puder ter alguma influência, alguma participação, porque os meios de comunicação falam com a sociedade, mas a sociedade não fala com os meios de comunicação, não tem como falar com os meios de comunicação. Há um suposto argumento de que o mercado resolve isso, a sociedade fala ou não comprando o jornal, ligando ou não determinado canal de TV. Acontece que a escolha é muito limitada, a diversidade praticamente não existe, estão todos mais ou menos no mesmo rumo. Esta é uma questão em que nós estamos atrasados alguns séculos.

Pergunta — Eu sou estudante de comunicação da PUC e acho que hoje, no Brasil, nós vivemos um momento em que, mais do que nunca, é necessário ação. Então nós temos, diante de nós, uma realidade em que comunicação é poder, aqui. Quer dizer, você tem o poder do meio de comunicação e você tem o poder refletido na própria legislação brasileira. Então, eu acho que quando as pessoas se reúnem assim, para discutir um assunto, capacidades e tal, qualquer reunião desse tipo tem que girar basicamente sobre propostas de ação. E você fala aí que agora resta, para nós, a luta da sociedade visando a democratização dos meios de comunicação. Ela falou do sindicato dos jornalistas. E eu fiquei pensando: quais as propostas que podem sair daqui? Se surgir uma proposta aqui da formação da uma entidade fiscalizadora, eu me filio agora, neste momento. Eu queria saber

como é que podemos nos organizar; quais são as propostas de luta mesmo para começarmos alguma coisa.

WN — Eu penso que há muitos caminhos. Por exemplo, essa questão da regionalização da comunicação tem que ser regulamentada pelo Congresso. Nós podemos começar a exigir, através dos órgãos dos quais participamos, das associações, sindicatos, que isso seja regulamentado sem perda de tempo. Pode-se começar a lutar para mudar a Constituição. A Constituição que está aí não é imutável, ela pode ser alterada. Temos de pressionar através de associações, sindicatos, de todas as entidades através das quais for possível participar. O caminho, evidentemente, é o da participação. Vamos ter que participar de tudo, de brigar em tudo. Vamos exigir que se escreva uma Constituição que a informação é um direito da sociedade. E vamos exigir depois que outras leis regulamentem a prática desse direito.

Na Constituição já há uma outra arma fantástica: 5% do eleitorado têm direito, hoje, de apresentar projetos de lei nas câmaras municipais. Isto é uma arma forte da população, que precisa começar a ser usada. A forma que eu vejo é levar essa discussão da comunicação para todos os lugares, para a associação de moradores, para a associação de defesa do meio ambiente, o sindicato, a federação, porque a sociedade ainda não está acostumada a pensar que ela tem direitos em matéria de informação, que a informação é um direito dela.

Nós falamos de índios aqui. Um dos três fundamentos do igualitarismo das sociedades indígenas é esse, é a informação aberta: ninguém se apropria da informação para transformar em poder político ou econômico; o que um sabe, todos podem saber. Esse é um dos fundamentos; o segundo, é a não delegação de poder; e o terceiro é a propriedade coletiva da terra. Mas essa não apropriação da informação é um dos fundamentos de uma sociedade igualitária. Então, nós temos que lutar por isso, se todos temos como meta, como objetivo, chegar a essa sociedade igualitária, ou a uma sociedade menos desigual.

Pergunta — Eu sou professora do departamento de Educação da PUC e ultimamente tenho pesquisado a questão da formação da identidade em crianças, sobretudo na faixa de 4 a 6, 8 anos. E uma coisa que tem chocado muito é a identificação delas, não importa o grupo étnico ao qual elas pertencem, com determinados estereótipos passados pela televisão. É uma coisa tão forte que, além das crianças negras ou mulatas se desenharem, sistematicamente, brancas ou ruivas, de olhos claros, quando elas são confrontadas com a imagem delas diante do espelho dizem: "Eu sou daquele jeito, mas eu sou muito feia daquele jeito, eu gostei de ser como eu estou me desenhando". E eu acho que você mostrou uma enorme sensibilidade mostrando o impacto que a televisão vem causando, ou a forma como informações, valores, etc., vêm sendo passados. Então a minha pergunta vem no sentido de, dentro dessa perspectiva que você aponta, da grande

mídia, sem diminuir a enorme importância da alternativa, que caminhos haveria? Porque nós temos, também, tentado alguma brecha por aí e a coisa bate muito forte com relação ao comercial, aquilo que vende, aquilo que alimenta um capitalismo cada vez mais desvaído, mais selvagem, sobretudo nessa faixa que traz a criança como consumidora potencial fortíssima. Você vê caminhos aí?

WN — Esta questão da identificação que você colocou realmente é dramática, porque a informação tem status, tem poder — quer dizer, o que é apresentado como informação importante. Eu sempre lembro muito de uma história contada pelo Marcos Terena, que é um índio. Quando ele saiu da sua aldeia, em Mato Grosso, o pai dele disse: "Olha, quando você chegar na cidade vão começar a chamar você de bugre. Mas você não é bugre, você é índio. Você não aceite isso. Você não é bugre, você é índio". Porque chamam de bugre o índio que saiu da aldeia. Mas ele foi para a cidade e realmente começou a ser chamado de bugre. Ele protestava, reagia, mas não tinha forças para impedir. Até que um dia jogando futebol de salão, num ginásio, ele fez um gol muito bonito e o público começou a gritar: "Japonês! Japonês!". E ele então pensou: "Esse negócio de japonês é bom, eles gostam desse negócio de japonês". Então ele começou a dizer que era filho de japonês, começou a se apresentar como filho de japonês e ficou com apelido de japonês. Depois, o Marcos entrou para a academia da Força Aérea e no dia em que ele foi fazer o exame final dele, que era um pouso conduzindo o avião so-

zinho, o instrutor era um coronel da Aeronáutica, que ficou atrás dele no avião. Na hora em que ele ia começar o pouso, o coronel bateu, assim, no capacete dele e disse: "Ô, japonês, não vai errar agora, hein?". Ele ficou atrapalhado com aquele capacete meio torto ali, mas conseguiu fazer um pouso perfeito e o coronel bateu palmas. Nesse momento, ele se virou para o coronel e disse: "Coronel, eu não sou japonês não, eu sou índio". Eu acho essa história belíssima: só no momento em que ele dominou a tecnologia mais avançada do branco, uma informação que tem status, é que ele pôde afirmar a sua identidade pessoal e cultural.

Quando eu falo da regionalização, é porque ela é um desses caminhos. É pela regionalização que se vai poder começar a falar das outras culturas. E se elas começarem a ser faladas, a ser vistas,

elas vão adquirir status. Se não, essa informação, essa cultura não tem status, não tem poder nenhum, e a outra se afirma permanentemente, todo dia ocupa todo o espaço. Se ela não tem espaço, como é que a criança vai se identificar com aquela cultura que é a sua, específica? De novo eu acho que é uma luta institucional, é uma briga pelo espaço, para criar esse espaço e, para a nossa sociedade se afirmar como uma sociedade de cidadãos com direitos. Nós não podemos continuar como meros receptores de informação. Temos que mudar esse fluxo, a sociedade tem que produzir a informação, os indivíduos, os cidadãos, têm que ser produtores de informação, não podem ser só receptores de informação. Essa é a forma mais trágica e mais completa de dominação: a dominação cultural abrindo caminho para todas as outras, para a dominação política, a dominação econômica.

A crise de identidade da imprensa

Quero começar agradecendo a distinção de haver sido convidado para refletir com meus companheiros de trabalho sobre qual seja o nosso papel e o dos meios de comunicação nos dias que correm.

É um desafio enorme. Talvez em nenhuma outra época, como hoje, nosso país se tenha visto confrontado por tantas crises simultâneas — a crise política, a crise econômica, a crise social, a crise moral e ética, a crise religiosa. Tudo parece estar em questão. Todos os valores estabelecidos e aceitos secularmente parecem em xeque. E os cidadãos, perplexos, esperam que alguma luz surja para iluminar-lhes o caminho.

Nesse mundo e nessa sociedade em crise, qual é o papel dos meios de comunicação? Qual é a nossa tarefa?

Talvez seja prudente começarmos do começo, tentando responder às perguntas fundamentais, que são poucas. No caso, caberia perguntar: o que é o jornalismo? O que tem o jornalismo de específico, só seu, que não pode ser respondido nem preenchido por nenhuma outra área do conhecimento humano?

Talvez se possa ter um começo de resposta se fizermos uma pergunta aparentemente banal: por que é que quando um jornalista procura uma pessoa e lhe pede informações a respeito de um fato essa pessoa responde? Ela poderia perfeitamente não responder. Poderia expulsar o jornalista, chamá-lo de mexeriqueiro, intrigante, bisbilhoteiro. Mas a regra não é essa. As pessoas podem até mentir. Podem até responder pela metade. Podem ocultar quase tudo. Mas a regra é que respondam, informam alguma coisa. Por quê?

Ao que tudo indica, é porque as pessoas — embora possam até não se dizer isso, não ter consciência disso — reconhecem o direito da sociedade à informação. Na resposta, ainda que imperfeita, parcial ou até mentirosa, está implícito o reconhecimento do direito da sociedade à informação. Está o reconhecimento de que o direito à informação é um bem social, pertence à sociedade.

E por que é assim?

É assim porque a sociedade e cada indivíduo sabem, por algum caminho, que a igualdade na oportunidade de acesso à informação é um pressuposto da democracia. Só pode haver democracia verdadeira se todos os indivíduos, todos os cidadãos, tiverem igual oportunidade de acesso à informação.

Informação é poder — tem-se repetido muito. Então, é preciso dar consequência a isso no plano político e no plano social. Se informação é poder, quem tem mais informação tem mais poder. Quem tem menos informação tem menos poder. Não é acaso que a primeira providência de toda ditadura seja estabelecer a censura dos meios de comunicação. Suprimindo informações, criando informações privilegiadas, é que nascem o poder e a riqueza ilegítimos.

A função do jornalista, nesse caso, seria trabalhar para que todos os cidadãos tenham igual acesso a todas as informações, já que elas são um bem social que, em princípio, não deveria ser apropriado com finalidades particularistas.

Sendo assim, poderíamos dizer que o jornalismo não é uma atividade, uma função, que se exerça em nome próprio. É uma profissão que se exerce por delegação da sociedade, a quem pertence a informação, o direito à informação.

De certa forma, o jornalista, o profissional da comunicação, é um deputado da sociedade — seus olhos, seus ouvidos, sua emoção, eventualmente sua boca.

Pode-se insistir, por isso, na tese de que no futuro talvez o jornalismo deixe de ser uma profissão de escolha pessoal, porque a sociedade exigirá eleger, ela própria, os seus representantes, os seus delegados. E talvez por eleição direta, com voto secreto.

Mas enquanto não chega esse tempo da utopia igualitária nos direitos, que nos cabe fazer como jornalistas? — Ainda mais lembrando que cada um de nós é muito pequeno e fraco para, sozinho, enfrentar as grandes questões que se colocam diante dos profissionais da comunicação?

De fato, as questões políticas, sociais e econômicas que estão diante do jornalista são terríveis, avassaladoras. E esse jornalista se vê inscrito

num mercado de trabalho cruel e brutal, que não lhe dá sequer o direito de perguntar nada. A dúvida, a divergência e a tentativa de expressá-las são em geral punidas com a demissão sumária, quando não com o ostracismo definitivo.

A primeira possibilidade do profissional de comunicação, nesse quadro adverso, parece estar na luta no plano institucional. É lá que acontecerão as grandes decisões.

Nesse plano institucional, a necessidade primeira, fundamental, está em que se reconheça na Constituição do país aquela evidência — a de que a informação é um bem social, é um direito da sociedade e de cada um de seus membros.

Esta luta está em pleno desenvolvimento neste instante, na Constituinte. E cabe a cada um de nós, por todos os meios possíveis, exigir que isso seja escrito na Constituição, para que o direito da sociedade comece a ser protegido.

Se a Constituição brasileira disser que o direito a informação — que não se confunde com o direito de opinião nem com a liberdade de expressão — é um direito da sociedade, então em seguida poderemos começar a exigir dos nossos legisladores que regulamentem esse direito. Que, por leis ordinárias, se estabeleçam formas concretas e práticas de proteção desse direito.

Porque hoje — nós, jornalistas, o sabemos muito bem — não existe um só dispositivo legal que proteja esse direito dos cidadãos e da sociedade. Nada impede que um meio de comunicação noticie, informe, exatamente ao contrário dos fatos e dos testemunhos. Sem nenhuma possibilidade de sanção.

Nada impede que um meio de comunicação violento o testemunho dos seus profissionais, às vezes até usando o nome deles. Nada impede que omitam fatos, que os deturpem, que se sirvam deles para satisfazer a interesses particulares ou ilegítimos — em detrimento dos demais cidadãos e da comunidade.

Isso não pode continuar. E exige dos jornalistas uma luta sem trégua no campo institucional. Uma luta que traga a sociedade para formar ao lado dos profissionais, porque é o interesse maior dela, sociedade, que está em jogo.

A sociedade e seus representantes, os jornalistas, não podem aceitar mais, por exemplo, que as concessões de canais de televisão e rádio no Brasil continuem reguladas por um sistema anacrônico, feudal, quase como o das capitâneas hereditárias. Um sistema em que o presidente da República decide, a seu bel talante, por seu único e exclusivo juízo, a quem atribui as concessões.

As concessões pertencem ao Estado, que é a corporificação da sociedade. Por isso, a sociedade tem o direito de se manifestar a respeito, seja através de seus representantes no Congresso, seja através de um órgão colegiado que a represente. E esta é outra luta de que os jornalistas não podem fugir, se desejam continuar sendo dignos de representar a sua comunidade.

Há muito a ser feito no plano legal para aproximar a comunicação dos interesses da sociedade. A experiência de outros países, por exemplo, pode nos apontar muitos rumos.

Há países em que não se permite a propriedade simultânea de jornais e televisões, ou jornais e rádios, ou rádios e televisões. Ou ainda a propriedade simultânea de meios de comunicação e instituições financeiras. Por quê? Porque a experiência tem mostrado que a propriedade simultânea tende a favorecer a concorrência desleal, privilegiada, e, em seguida, a formação de oligopólios e monopólios.

Há países que experimentam, em suas televisões públicas — como é o caso da Alemanha Ocidental — um sistema colegiado de direção, no qual a sociedade esteja representada, através de membros do parlamento (na proporção dos votos de cada partido), das igrejas, de sindicatos patronais e operários, das chamadas entidades da sociedade civil. É uma tentativa de permitir que a sociedade possa se expressar nos meios de comunicação e de evitar que apenas os meios de comunicação falem com a sociedade, num sistema de mão única.

Há países em que se experimenta até mesmo o formato da co-gestão na direção de meios de comunicação. É o caso, por exemplo, da França, onde o prestigiado *Le Monde* conseguiu sair da crise estabelecendo uma direção colegiada, com representantes do capital, da redação e dos demais trabalhadores — mas com os jornalistas sempre em maioria.

Há países que criaram tribunais de ética, aos quais os cidadãos podem recorrer, se acharem necessário. Ou mesmo os jornalistas que se sintam prejudicados e desprotegidos no exercício da profissão. São tribunais em que os julgamentos podem terminar até com a cassação do direito ao exercício da profissão.

Há muitos jornais no mundo todo, que já adotaram essa figura nascida na Escandinávia, o ombudsman, o defensor do interesse público, com poderes para conduzir, dentro desses jornais, investigações que apurem a responsabilidade por erros que prejudicaram o interesse social. E apontem caminhos que evitem repetição.

Há muitos caminhos. Aqui mesmo em Goiânia, vocês sabem, alguns deles já foram experimentados em passado recente. E cabe a nós, jornalistas, lutar para que se implantem essas formas. É mobilizar a sociedade para que exija o que é do seu direito.

Em última análise, nosso objetivo final só pode ser o de encontrar caminhos que permitam a sociedade expressar-se, manifestar seus desejos, suas aspirações, sua inconformidade, suas opiniões.

Temos de reconhecer, entretanto, que frequentemente temos sido arrogantes, oniscientes, presunçosos, no exercício da nossa profissão. Temos achado que sabemos tudo, quando a nossa pequenez é evidente. Temos achado que tudo podemos porque representamos a sociedade — quando as pesquisas de opinião pública têm mostrado que nossa credibilidade é escassa, muito baixa, uma das piores, só comparável à dos políticos e à dos publicitários.

A humildade não nos faria mal. Muito ao contrário.

Mas a humildade não nos impedirá de ser independentes — e a independência é a condição fundamental para o exercício da profissão. Se pretendemos representar a sociedade, então precisaremos ser independentes diante de todos os poderes.

A prática, porém, tem mostrado que temos nos aproximado excessivamente dos poderes. E que isso nos leva a uma compreensão excessiva das razões e dos valores do poder, em detrimento das razões e das necessidades dos cidadãos a quem devemos representar.

"O pensamento tem de ser insubordinado", costuma dizer o grande embaixador Miguel Ozório de Almeida. Isso deveria estar escrito a fogo em nossas mentes. A insubordinação do pensamento é vital para o jornalista, que não deveria dobrar-se a conveniências que não fossem da sociedade — principalmente uma sociedade como a nossa em que os cidadãos de segunda classe ou classe nenhuma ainda se contam aos milhões. Como poderíamos dormir com a consciência tranquila se esses não-cidadãos, que deveríamos representar, passam fome e frio e todas as necessidades?

Repensar o Brasil, repensar o Centro-Oeste, repensar Goiás, em busca de novos modelos de desenvolvimento, novas formas civilizatórias, deveria ser também uma de nossas preocupações dominantes.

Não é possível admitir que, às vésperas do século 21, continuemos a experimentar formatos políticos, econômicos e sociais que degradam o ser humano, aviltam a natureza.

"Esta visão do homem como senhor e possuidor da natureza deve ser tida como insensata. Não só porque não estamos no centro do mundo — e sim na sua periferia — como também porque a tentativa de sermos senhores do nosso pequeno planeta faz de nós aprendizes de feitiço. É preciso renunciar ao projeto gengis-khaniano de conquistar e submeter a natureza" — adverte-nos o brilhante Edgard Morin.

E de fato essa concepção da vida como algo que deve ser apropriado só nos tem conduzido ao amesquinamento, à perda de todos os valores, à perplexidade e à ameaça de destruição — quando não à destruição mesma, em guerras convencionais ou inconvencionais, como as que dizima as populações mais pobres em todo o Terceiro Mundo.

Precisamos encontrar caminhos que permitam à sociedade preservar alguns de seus valores mais nobres, que estão sendo massacrados. Como as culturas populares e regionais. "A cultura popular não é apenas o nosso passado, ela é também o nosso futuro", já disse o basco Julio Baroja, um dos grandes pensadores do nosso tempo. É na cultura popular, com seu caráter democrático, que estão as nossas possibilidades mais ricas. Mas essa cultura não tem como resistir, sozinha, à blitzkrieg dos meios de comunicação de massa.

Então, é preciso impor limites a esse avanço. Uma das formas mais viáveis seria exatamente limitar o tempo de emissão em rede nas atuais cadeias de televisão. Se se conseguir isso, muito mais tempo e espaço poderá ser dedicado às culturas regionais e populares, com evidentes vantagens para sua preservação e para os mercados de trabalho relacionados com a comunicação.

Nós, profissionais da comunicação do Centro-Oeste, temos um dever particular: impedir o desaparecimento das riquíssimas culturas indígenas desta região, com as quais temos tanto a aprender, na organização política, na organização social, na organização familiar, no conhecimento da natureza e na capacidade de convívio com ela. Só neste século, no Brasil, já desapareceram mais de 100 culturas indígenas, cada uma com sua riqueza. E hoje, são mais de 150 resistindo desesperadamente ao avanço massacrante da chamada civilização branca.

Não podemos continuar assistindo passivamente ao massacre dos carajá e dos javaé da ilha do Bananal, que resistem há 380 anos a todas as agressões da nossa cultura. Não podemos assistir sem emoção ao cerco estabelecido aos Kraô, transformados em objeto folclórico vulgar no momento mesmo em que tentam recuperar um dos símbolos de sua dignidade. Não podemos ficar de braços cruzados e meramente apiedados e curiosos acompanhando a tentativa de salvar a vida do último avá-canoeiro. Não podemos ficar de olhos fechados diante do que acontece com os apinajé, os xerente, os tapirapé. Não podemos, se desejamos continuar sendo representantes da sociedade e seres humanos íntegros.

O mundo se transforma em alta velocidade. Uma nova revolução na comunicação está começando, tão importante e radical quanto a que representou a invenção da tipografia, da palavra impressa.

A informatização dos meios de comunicação já é uma realidade, não é mais algo que se possa ou não desejar. Ela já chegou para o bem e para o mal. E não se trata apenas de uma inovação técnica. Trata-se, como já observou o inglês Anthony Lewis — uma das pessoas que mais estudaram esse assunto — trata-se de novas formas de percepção do tempo e do espaço. Tudo vai mudar no mundo em função dessas novas formas. Cabe, então, a nós, profissionais da comunicação, cuidar para que essas novas formas venham para servir à sociedade, e não para submetê-la ainda mais aos desígnios dos poderosos do dia. Porque a questão central permanecerá a mesma: a quem pertencerá a informação? Quem se apropriará dela? Quem vai estocá-la? A que preço para a sociedade?

Temos de preparar os novos jornalistas, que estão chegando às universidades, para essas novas realidades. Seria ingênuo pensar que o jornalismo ou a universidade pudessem haver escapado incólumes a 20 anos de ditadura. Não escaparam. Têm de ser repensados, ambos. Para que se rearticule o pensamento, minuciosamente desarticulado em benefício dos que se assenhoraram do poder.

Não podemos continuar nos escondendo, nessa questão, atrás do falso debate sobre a obrigatoriedade do diploma, que obscurece as questões reais. Seria ridículo achar que a crise do jornalismo brasileiro, a má qualidade da informação, hoje, decorre da obrigatoriedade do diploma, e não do aprofundamento das relações entre os poderes político e econômico e os meios de comunicação, nos tempos sombrios da ditadura, sob o manto dos censores. Da mesma forma, seria ridículo pensar que a simples obrigatoriedade do diploma nos levará à formação de grandes profissionais — se os cursos de Comunicação não forem repensados, reprogramados e profissionalizados.

Não temos mais o direito de esconder-nos atrás de falsas questões. Até mesmo porque a História nos atropelará. Temos, como recomenda o grande Henry Lefèbre, de querer imediatamente o impossível, para que haja o possível. Sabendo, com humildade, que o real é complexo, é difícil de ser abarcado e compreendido.

É extremamente pesado e difícil o papel do profissional da comunicação nos dias de hoje. Porque na verdade é uma luta contra poderes imensos, em benefício do cidadão comum, simples e pequeno como deveria ser o jornalista, de mãos vazias.

Mas ninguém pode nos tirar nem vai nos tirar o direito ao sonho. Somos pequenos, mas teremos a alma forte. Porque sabemos que ao nosso lado está o maior dos poderes: o desejo da sociedade.

Se soubermos ser fiéis a ele, nada nos derrotará.

Mas não tenhamos dúvida: o avanço democrático no Brasil, a transição completa para uma democracia digna desse nome, está na dependência direta de uma reformulação profunda nos meios de comunicação e no exercício da profissão de jornalista. Se essa transformação não acontecer, se a sociedade como um todo não ganhar formas de expressão real nos meios de comunicação, não haverá como sustentar o avanço da democracia. Principalmente, se os despossuídos da sorte não ganharem espaço nos meios de comunicação, com certeza viveremos dias muito difíceis. Seria ilusório pensar que os miseráveis da terra continuarão a conviver pacificamente com os cidadãos de primeira classe, seja qual for o regime. Os sinais de que não será assim já estão diante dos nossos olhos.

Cada um de nós tem uma contribuição a dar para que a trilha da democracia não seja abandonada. Não vamos perder tempo.

Como fazer o jornal que seu Brederodes gostaria de ler

Nesta última sexta-feira, depois de fazer um balanço das notícias do dia, para decidir o que entraria na primeira página do jornal, e depois de ver o Jornal Nacional tratando de gaiotas perdidas e outras amenidades, brinquei com um companheiro de redação:

— Hoje, acho que a manchete deveria ser mais ou menos assim: "O mundo melhorou. Nenhuma catástrofe".

E por que não? — me perguntei em seguida. Imediatamente, o pensamento se dividiu em dois. Um, lembrava-se de uma crônica do Rubem Braga, exatamente imaginando as notícias de um jornal assim, de um dia sem nenhuma tragédia: Fulana saiu de manhã, bateu um papo com beltrana que estava na janela e foi à missa. Seu Brederodes regou as plantas do jardim, sem nenhum susto. Sicraninha preparou um vestido de organdi para a festa de hoje à noite, em que pretende conquistar o Gonçalino. E assim por diante. Lembrei-me até de uma agência de publicidade que fez um jornal como esse, para mandar com os seus brindes de Natal.

A outra metade do pensamento, porém, me dizia que se tratava de mera ilusão. Apenas não havia nenhuma catástrofe nova, só catástrofes antigas, que já saturaram a atenção do público ou que não interessa mais aos órgãos de comunicação destacar. Lembrei-me do Newton Carlos, esse incorrigível pacifista, dizendo que, neste exato momento, há nada menos de doze guerras em curso, sem que ninguém pense nelas — na Somália e na Etiópia, em Angola e na Namíbia, no Camboja e na Nicarágua, em El Salvador e no Marrocos, no Iraque e no Líbano, e por

aí afora, que nem dá para lembrar de todas. Como há neste momento mais de 50 milhões de pessoas sobre a face da terra que não têm simplesmente para onde ir — palestinos e paquistaneses, vietnamitas e cambodianos, chilenos e argentinos, bolivianos e porto-riquenhos, russos e lituanos, cubanos e chineses, poloneses e tchecos, húngaros e turcos, indonésios e iranianos. Todos eles expulsos de seus países, pelo fato de acreditarem que o mundo deve ser assim ou assado. E pelo crime maior de lutarem para tornar realidade esse pensamento.

Então, o que fazer? O pensamento foge de novo e vai para a primeira manchete que produzi em jornal, em 1958, longa como o estilo da época: "Assume proporções catastróficas na Paraíba a seca que assola todo o Nordeste". Mudou o estilo, não mudou a realidade. Passei a semana toda fazendo títulos sobre flagelados que invadem cidades da Paraíba, cidades do Nordeste, desesperados, famintos 25 anos. E nada mudou. A mesma fome, o mesmo desespero, a mesma "ladroeira" que o senador Marcos Freire volta a denunciar.

O que é preciso mudar? A realidade? O jornal? É preciso mudar o jornal para ajudar a realidade a se transformar? Como? A mera denúncia terá um efeito transformador? Fico a me lembrar, então, da experiência na televisão, mais especificamente no "Globo repórter". Os programas de menor audiência, especialmente nas classes de menor poder aquisitivo e menor status (não nível) cultural, eram exatamente aqueles que se limitavam a expor a realidade trágica das classes mais pobres no Brasil.

E fico a lembrar a convicção, que começou a se reforçar entre os que faziam o programa, de que não passava de mera tentativa de aplacar a própria consciência a narrativa, pura e simples, da vida miserável de grande parte das pessoas neste país. Afinal, se era apenas para informar os contornos da miséria, os miseráveis estavam muito mais informados do que nós. E preferiam ver o Chacrinha ou a Dercy.

Perguntávamo-nos: então, por que é que eles lêem **O Dia** do governador Chagas Freitas, um daqueles jornais que o povo costuma dizer que jorram sangue, quando espremidos. "É porque ele trata da morte, uma das poucas coisas em jornal que de fato têm a ver com as pessoas mais pobres", disse alguém um dia. Outro lembrou uma entrevista do Amado Ribeiro, considerado o maior repórter policial do país, até que foi

acusado de ligações com o Mariel Mariscot. Entrevistado pelo jornal **Opinião**, Amado sentenciou: "Na verdade, todas as notícias de jornal são policiais. Só que algumas saem na sala de visitas, outras no quarto, outras ainda na copa e algumas na cozinha, que é a seção de polícia". Cínico?

A explicação real talvez esteja com aquele humilde e inteligente companheiro de trabalho, um dos mais humildes (na escala salarial), que um dia pediu licença para pegar **O Dia**: "Dá licença? Quero ver se tem notícias dos meus vizinhos".

Como saber hoje o que é ou deve ser um jornal? Quem sabe se nos lembrarmos de que há dez, vinte e trinta anos a circulação dos jornais era muito maior que a de hoje (enquanto a população se multiplicou por dois ou três) ficaremos um pouco mais humildes, menos donos da verdade, menos certos de que sabemos tudo o que deve ser feito para o leitor? É uma ilusão jornalística pensar que o impasse está apenas nas estruturas, na realidade que os órgãos de comunicação devem refletir. As duas coisas são uma só, faces diferentes, quem sabe espelhadas, de uma única e só verdade. E isso deveria nos tornar mais humildes, menos pretensiosos, menos jactanciosos. Somos também (mas não só) frutos, beneficiários, herdeiros de todos os prezados que costumamos colocar apenas nos outros, no que é exterior a nós. Entre os que escrevem um jornal, são raríssimos os que ganham menos que a média brasileira, que é de três salários mínimos por mês.

Os jornais têm de ser repensados, como o Brasil tem de ser repensado. Não adianta combater a inflação tentando reduzir a renda do próximo, sem mexer na nossa. Não resolve querer mudar as instituições políticas apenas defenestrando (para usar a palavra da moda) o presidente da República ou o governador do Estado substituindo-o pelos nossos candidatos.

Repensar o Brasil (e, por extensão, repensar os jornais) implica repensar o nosso modo de vida até as suas últimas raízes. E se mudarmos a nossa prática, como ensina a boa teoria, começaremos provavelmente a mudar a realidade e os órgãos que pretendem traduzi-la.

Momentos de aflição

No fim das contas, o que um leitor de jornal espera encontrar naquelas páginas que compra nas bancas ou recebe em casa? No frigar dos ovos, o que prende um leitor a um jornal, faz com que ele o compre, às vezes ao longo de toda uma vida?

Quem tiver resposta exata para essas perguntas assegurará o futuro. Mas é pouco provável que alguém tenha — porque não existe o leitor, existem leitores, cada cabeça um universo. O pouco que se sabe é que, seja qual for o pensamento político do leitor, seja qual for seu estilo de vida, em relação ao jornal ele costuma ser conservador. Pensa — e tem razões para isso — que o jornal é dele. Não gosta que o mudem, que mexam nele, na sua aparência gráfica, na disposição das matérias. E leva muito tempo para consumir a decisão de trocar de jornal, quando se desgosta com o seu. Às vezes, leva anos, desde o momento em que primeiro cogita disso e o momento em que muda (o que explica a lenta agonia de tantos jornais).

Mas há, certamente, um invisível cimento, uma imponderável argamassa, que une os leitores e compõe essa entidade que é a razão de existência de um órgão de comunicação. Suponho que seja a credibilidade do jornal. Alguns leitores acreditam num jornal por causa das opiniões que ele emite, coincidentes com as dos leitores. Outros, por causa deste ou daquele colunista ou articulista, nos quais acreditam. Outros ainda, pelo conteúdo das matérias, que lhes parecerá mais próximo da realidade que enxergam ou preferem enxergar. Mas será sempre uma questão de acreditar.

Por isso é tão penosa a liberdade de imprensa com responsabilidade. Porque se trata de decidir, a cada momento, em cada notícia, se estamos sendo fiéis à realidade (e não às nossas crenças, aos nossos desejos, às nossas simpatias, às nossas convicções, aos nossos temores, aos nossos desamores).

Trata-se de saber também o que, na massa de informações que povoa o exemplar do dia, é e não é importante, o que deve e não deve ser destacado. Trata-se, principalmente, de avaliar que consequências cada notícia terá no público. E, sem censura, tentar contribuir para a caminhada da espécie humana em direção à liberdade, na medida em que se pode acreditar que pessoas mais informadas são pessoas mais livres.

Na semana que passou, este jornal viveu momentos agudos, difíceis. E o leitor permitirá que os partilhe com ele, na tentativa de fazermos do DIÁRIO DA MANHÃ um jornal isento, fruto do sofrimento e da alegria de quem faz e de quem lê. Se não existimos, uns sem os outros, provavelmente é justo que partilhemos.

Um dos momentos difíceis foram as horas que precederam a interferência do ministro Leitão de Abreu para a liberação de recursos para o Estado de Goiás pagar seu funcionalismo. Nos bastidores, as informações eram assustadoras: os candidatos do PDS estariam ameaçando renunciar, se não se liberassem recursos; seriam feitos pronunciamentos responsabilizando este ou aquele ministro, esta ou aquela autoridade; essas decisões apressariam uma intervenção no Estado. As tramas e contratramas nos bastidores eram complexíssimas, filigranadas. Ao final do dia, depois de um turbilhão de informações e conversas em *off* (aquelas em que o informante supostamente conta tudo, mas não assume nenhuma responsabilidade, não quer seu nome publicado), restavam ao jornal, para publicar — fatos concretos — exatamente seis linhas de matéria, que asseguravam (segundo um político goiano) estarem os recursos já a caminho de Goiânia. Publicamos apenas as seis linhas. E nem todas elas se confirmaram — só parte.

No meio dessa confusão, perguntou um companheiro: e por que não publicamos tudo, dando todos os nomes aos bois, não aceitando compromissos de informações em *off*? Mas de que adiantaria? Não estaríamos ateando fogo ao circo? Não seria melhor ficarmos apenas com aquilo que o jornal achava no momento que era verdadeiro?

Um segundo momento foi o da entrevista do delegado Ibrahim Chediack, contando a história da prisão, demissão e posterior reentronização do delegado que queria matar Iris Rezende, publicada na edição de ontem. Chegamos a preparar uma manchete: "Delegado queria matar Iris. Foi preso". Sairia em duas linhas muito fortes, no alto da primeira página, com um impacto fortíssimo. Mas depois, começamos, na redação, a nos questionar. Com essa forma e com esse destaque, não estaríamos levando o leitor a acreditar que o **Diário da Manhã** afirmava aquilo, e que tudo era verdadeiro quando se tratava de uma entrevista, de uma pessoa? Haveria segundas intenções, jogadas, na história? Mas jornalisticamente a primeira forma também não era correta, não atrairia muito mais leitores? Optamos por outra forma ("Chediack: delegado queria matar Iris") e por um destaque menor.

O terceiro momento — este, doloroso — foi o da discussão, no Conselho Editorial, a propósito das pesquisas eleitorais feitas pelo Grupom para o **Diário da Manhã** (o relato dessa discussão está na página 13 desta edição). Doloroso diante da evidência de que alguns fatos, que não dependeram da vontade do jornal, de seus donos, de seus editores, seus repórteres, ameaçavam colocar em risco — e aí voltamos à vaca fria do início deste artigo — a credibilidade do **Diário da Manhã**, seu patrimônio maior. Doloroso porque colocou em risco o trabalho, a aflição, o sonho de centenas de pessoas.

Mas foi também um dos momentos mais bonitos que um jornalista possa ter visto. Diretores e editores discutindo, ponderando, para afinal, tomarem a decisão: nossa única possibilidade era, como sempre, tentarmos ser fiéis à realidade; deveríamos, por isso, abrir ao leitor nossas entranhas. Na esperança de que ele, vendo-nos sem retoque, ainda nos aceite. E continue a caminhar conosco.

Convido o leitor a ler "A verdade sobre a pesquisa do Grupom", na página 13. É um documento que pretendo mostrar a meus filhos mais velhos e guardar para os mais novos.

O que é que o jornalismo tem ?

Provavelmente por causa da formação filosófica e psicanalítica, o jornalista Roberto Mello, do **Jornal do Brasil**, é uma pessoa que costuma olhar o avesso das coisas, examinar o fundo desse poço de perplexidades e contradições que é a natureza humana. Foi esse jornalista que, com uma reportagem intitulada "Os Barões da Psicanálise", detonou a recente crise na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, que culminou com a expulsão e posterior reintegração, via Justiça, dos psicanalistas Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas. Na esteira desses acontecimentos é que explodiu também a questão do psicanalista torturador Amílcar Lobo.

Um dia desses, Roberto Mello levantava uma questão: o que é que o jornalismo tem de específico, só dele? Se retirarmos os atributos externos, o que restará como esqueleto ou encarnação legítima do jornalismo?

É muito difícil responder na bucha — talvez mesmo com tempo — essa questão. Porque se o jornalismo não estiver a serviço de uma ideologia, de interesses econômicos, de um partido ou de grupos políticos, das ambições ou vaidades de pessoas, como se definirá ele? Qual será o seu produto?

Alguém poderá colocar uma questão preliminar: e por que o jornalismo não pode ou não deve estar a serviço ou em função de ideologias, interesses econômicos, partidos, grupos ou ambições pessoais?

A resposta terá de começar examinando o jornalismo como processo no qual a informação é transmitida a uma comunidade. Por natureza — ou por circunstância — essa comunidade é vária, múltipla, contraditória, complexa. Portanto, se não se tem como objetivo uniformizar essa comunidade, unificar sua expressão ou pasteurizá-la, o jornal ou outro veículo de comunicação terá, necessariamente, de atentar para essa com-

plexidade. E atendê-la. Ou seja, terá de suprir a necessidade de informação de pessoas com gostos, desejos, interesses, posicionamentos políticos e filosóficos absolutamente diversos. E não terá como considerar mais legítimo este ou aquele gosto, desejo ou posicionamento, a não ser que o submetta ao crivo de outra ideologia, desejo ou posição. Ou que o jornalista se julgue detentor de um mandato, de uma representação, que a comunidade não lhe conferiu.

É por isso que no futuro — já escrevi isso aqui mesmo — os jornalistas provavelmente terão de ser eleitos, quem sabe por voto direto da própria comunidade. Para serem seus representantes legítimos, seus olhos, seus ouvidos, sua voz, eles precisarão de mandato.

Mas enquanto esse novo tempo não chega, não estamos, os jornalistas, desobrigados. Já sabemos que a ética do jornalismo deve conduzir-nos nessa direção, a essa tentativa permanente de isenção, a esse desejo de, em cada palavra, estarmos atentos para aquele fato básico: não sabemos qual é o leitor que nos espera, não conhecemos sua natureza e seu desejo, podem ser esta ou aquela, ou aquela e este.

Se é assim, o nosso propósito, terá de ser o de nos comportarmos tanto quanto possível como simples espelhos da realidade. Nossa missão será, na medida de nossas forças e da nossa despretensão pessoal, expressar a realidade tal qual ela é, e não como desejaríamos que fosse.

Isso coloca muitos problemas para os jornalistas. O da militância política ou partidária, por exemplo.

Evidentemente, toda pessoa, terá — ainda que não o admita — algum posicionamento político, ideológico diante da vida social. É inevitável que tenha. Só que para o jornalista isso representa um problema, porque a sua visão da realidade corre o risco de ser informada por esse posicionamento. É um risco para o leitor, que poderá receber uma informação que traduza aquele posicionamento, e não a realidade sobre a qual ele quer informar-se. Se a visão ideológica se apresentar como opinião assinada tudo bem; se se apresentar como informação, o leitor estará recebendo gato por lebre.

Esse risco será tanto maior quanto maior for o compromisso partidário do jornalista. Não só por causa do crivo interno, como porque o compromisso tenderá a dificultar seu acesso às informações, às fontes, que estejam em contradição com o seu posicionamento. E ele tenderá a minimizar a importância da informação que o contradiga.

Enquanto escrevo isso, vem à memória a revista **Visão** de 1967, que tentou iniciar um debate nessa direção, convidando a dar seus depoimentos Glauber Rocha, Carlos Lacerda, Lauro de Oliveira Lima, Antônio Callado. Este último, num pequeno ensaio em que respondia se "o escritor deve ou não ser engajado", afirma que o ser humano podia até engajar-se; já o escritor, só podia ter compromisso com a sua própria liberdade, porque é ela que o liga a seu leitor.

Em outras palavras, a "verdade" desse processo está na relação entre quem dá o testemunho e quem o recebe. Não está em nenhuma das duas pontas.

Não há tema mais antigo e mais atual que esse da "verdade", sua busca, sua definição. Está para ser lançado no Brasil, pela Paz e Terra, a tradução de um livro que o *Time* considerou um dos dez melhores na década de 70 — **Zen and the art of motorcycle maintenance (O zen e a arte da manutenção da motocicleta)**, de Robert Pirsig. Embora pareça estapafúrdia ou gaiata pelo título, é obra fascinante, em que a personagem principal, um ex-cientista e professor de literatura, se lança exatamente na saga de definir a verdade — a partir do momento em que ele mesmo se vê perplexo diante da pergunta que faz a seus alunos: afinal, o que é a qualidade num texto? Está no texto? Está dentro do leitor, uma espécie de *à priori* kantiano? Ou está na relação entre a obra e o leitor? Evidentemente, os alunos não têm resposta. Nem ele — o que o leva a emudecer, dias e dias, diante da classe, até ser despedido.

Vai para uma universidade — que se diz disposta a investigar idéias novas — mas os professores são aristotélicos, acreditam que existe uma verdade. O ex-cientista prefere, como os sofistas, crer que no começo só existem mitos, e que o senso comum transforma em verdade os mitos consagrados coletivamente, porque não há como abarcar e definir a realidade. A verdade seria uma cristalização do mito, uma "analogia", como disse Sócrates.

O ex-cientista, por contestar os dogmas aristotélicos, termina expulso da universidade e internado num hospício. Porque esse é sempre o risco, o preço a pagar pelo desnudamento de tudo aquilo que a razão humana constrói para impor uma aparente lógica à nossa contraditória e turbulenta passagem pela face da terra.

Se for possível, como entes humanos e jornalistas, talvez devamos ser mesmo apenas um acidente no curso do rio que flui ao nosso lado, diante de nós, e que nunca é o mesmo, como diz o velho Heráclito. Um

acidente que, ao desviar o curso, forma riscos, arabescos, borbulhas, que nos darão a ilusão de ser a imagem do rio — que nunca é, está sempre sendo.

Modéstia, humildade, respeito ao próximo. Talvez devam ser esses os ingredientes da receita jornalística — que seria, então, velha como a Sé de Braga.

Quem diz o que acontece

Em fins de 1973 ou começo de 1974, quando trabalhava para a **Revista Econômica do Jornal do Brasil**, acompanhei atentamente um dos maiores escândalos na área da informação de que tenho notícia, embora não se fale dele no Brasil. O jornalista Aloysio Biondi é dos poucos, talvez o único, que comentaram em seus artigos.

Em resumo, o seguinte: um dia, as agências internacionais de notícia mandaram uma pequena informação que foi publicada quase perdida em meio ao noticiário econômico — o Departamento de Agricultura do governo norte-americano informara que a safra de soja dos Estados Unidos seria a menor das últimas décadas, por causa do frio excessivo e das pragas. Imediatamente as cotações da soja deram saltos vertiginosos no mercado mundial. Os produtores brasileiros, eufóricos, viram seu produto subir às alturas e proporcionar-lhes lucros astronômicos (ainda era uma safra relativamente pequena e entrava no mercado em época diferente da norte-americana).

Algumas semanas depois, o Departamento de Agricultura reiterava a informação: seria mesmo a menor safra. E as cotações continuaram subindo e subindo durante meses, beneficiando não só a safra brasileira, mas principalmente a norte-americana, quando entrou no mercado. Vendida esta, as cotações despencaram. E só meses depois se descobriu por que: na verdade, a safra de soja dos Estados Unidos não fora a menor da história, e sim a maior de todos os tempos: apenas, como o governo norte-americano estava montado em estoques gigantescos das safras anteriores, se anunciasse a verdade teria de liquidá-los a preço de banana (de antigamente) e ainda deprimiria as cotações da nova safra; anunciando uma colheita pequena, fez subir a cotação dos esto-

ques, desovou-os no mercado e ainda assegurou o preço da nova safra, recorde. Só quando esta se esgotou é que se soube a verdade. Mas aí a depressão de cotações atingiu não os norte-americanos, e sim os produtores brasileiros e outros que, entusiasmados com a alta, arrancaram café e desprezaram milho, feijão, trigo e o diabo para plantar soja.

Que poderiam eles ter feito? Como descobrir que é falsa uma informação oficial de um governo, distribuída para o mundo por uma reputada agência de notícias? Como contestar previsões de safras supostamente feitas por satélites artificiais? Como defender-se se aqui mesmo as previsões mais precisas são feitas exatamente pelas multinacionais exportadoras ou vendedoras de fertilizantes, inseticidas e assistência técnica? Como saber a verdade se os dados todos são processados sempre nos computadores das multinacionais da informática?

A história me voltou à lembrança esta semana, ao assistir na Universidade Federal de Goiás a uma conferência do jornalista Carlos Castilho, sobre a comunicação no Terceiro Mundo, num ciclo de debates promovido pelo Centro Acadêmico de Jornalismo. Castilho fez uma impressionante exposição sobre esse problema do controle da informação a serviço dos países mais ricos — através de sua centralização em umas poucas agências de notícias e pouquíssimas redes de televisão, e mencionou as tentativas que os países mais pobres têm feito para escapar a esse controle, seja criando agências próprias, seja lutando pelo que hoje se chama a Nova Ordem Informativa (que não se perca pelo nome e pelas maiúsculas).

Ainda e sempre, é o mesmo problema: informação é poder: informação controlada é poder fechado, concentrado, em benefício de uns poucos (países ou pessoas). Por isso a informação tem de ser aberta, democratizada, para que haja igualdade de oportunidades para todos, que é a base de qualquer sistema democrático.

Por isso é crucial hoje, no Brasil e em toda a parte, o problema da produção da informação, o problema de criar mecanismos institucionais que permitam à comunidade aferir a veracidade do que lhe é transmitido.

Quem viveu, deve lembrar-se de que, logo no início da guerra do Vietnã, o Pentágono comunicou que a informação era elemento estratégico da mais alta relevância: por isso, passaria a controlá-la. E por isso passamos anos achando que o Estados Unidos venceriam a guerra, quando o adversário só progredia e estava às portas de derrotá-los.

Quem esta vivo certamente ainda não se esqueceu da guerra das Malvinas e dos comunicados dos dois lados sobre as perdas do adversário — que, se fossem verdadeiros em 10 por cento, implicariam em que Argentina e Inglaterra não tivessem hoje sequer uma espingardinha de brinquedo para dar às crianças.

De certa forma, o pesadelo previsto pelo escritor George Orwell para 1984 — um mundo inteiramente controlado pelos donos do poder, que manipulam todas as informações e anulam qualquer resquício de individualidade, de pessoalidade — já aconteceu há muito tempo. Pois que outra coisa estamos vivendo aqui mesmo, se praticamente todas as notícias que recebemos sobre o mundo saem de umas poucas agências de informação internacionais e nacionais? Que pode estar acontecendo no Brasil se 65 por cento de todas as verbas publicitárias se destinam a uma única rede de televisão, que muda os hábitos e costumes de todo um país, impunemente; obriga as crianças a almoçarem diante da TV assistindo ao Sítio do Pica-pau Amarelo e faz todas as adolescentes sonharem em ser manequins para usar as meias coloridas da Betty Faria ou os cabelos arrepiados da Irene Ravache?

Não é engraçado. Tem consequências profundas na definição da identidade cultural de um povo — o único problema real, na verdade. E a nossa está indo para a cucuia em alta velocidade.

É preciso abrir, descentralizar, diversificar a informação, enquanto é tempo. É penoso, por isso, assistir aqui mesmo em Goiás a um governo eleito pela esmagadora maioria popular querer usar o sigilo, o fechamento da informação. É difícil governar com a informação aberta, a crítica correndo solta. Mas é fundamental que seja assim. Só assim — com o povo sabendo de tudo — é que de fato se terá o povo no poder. Povo no poder é povo bem informado, corretamente informado, debatendo tudo, sem segredos.

Mas os jornalistas também têm de fazer sua penitência. Afinal, quantos erros cometemos todos os dias sem sermos cobrados e sem nos cobrarmos? Quem se lembra de que a imprensa se cansou de dizer que o voto vinculado nas eleições liquidaria com a oposição? Quem se lembra das previsões de que a cédula oficial escolhida pelo governo produziria uma avalanche de votos nulos? Quem se penitenciou?

Temos de começar a procurar caminhos para que a comunidade fiscalize e controle os meios de comunicação.

Aqui, no Diário da Manhã, temos pensado muito nisso. Tanto que o Conselho Editorial já aprovou a decisão de, nos próximos dias, promover um debate público sobre o próprio jornal. Para que o público nos diga onde erramos, onde acertamos, por onde acha que devemos seguir.

A imprensa e a abertura

No folclore do jornalismo brasileiro, uma das lendas — ou realidade — mais cultivada e transmitida de geração em geração é o episódio do editorialista de um matutino carioca a quem, na Semana Santa, o dono do jornal pediu um artigo sobre Jesus Cristo. "A favor ou contra?" — teria ele perguntado.

Ao contarem esse folclore, os jornalistas, se bem analisados, estariam dizendo várias coisas ao mesmo tempo.

Estariam, de uma forma aparentemente jocosa, mostrando que, quase sempre, a opinião nos jornais é ditada de cima, não reflete as convicções dos profissionais. Como disse o jornalista Luiz Edgard de Andrade, certa vez, ao receber um Prêmio Esso: "Eu já aprendi que no mundo ocidental o direito de opinião é privativo das empresas jornalísticas; no mundo socialista, é privativo do Estado; e eu, como jornalista, reivindico apenas um direito mínimo, não de opinar, e sim de ser testemunha fiel dos fatos que presencio, sem que alguém mais os deturpe". Ou seja, quem decide se o editorial será a favor ou contra Jesus Cristo raramente é quem o escreve. E, frequentemente, sequer o depoimento factual é respeitado.

Estariam dizendo também que ao jornalista não restaria outra alternativa que o cinismo ou o cepticismo — pode-se ser a favor ou contra

Jesus Cristo, indiferentemente. E isso não seria consequência apenas da ausência do direito à opinião. É preciso ser cínico ou céptico principalmente para não morrer de tanto sofrimento, pois o ofício de jornalista expõe demais à fraqueza humana, à sede de poder e dinheiro, à ausência de moral e ética, ao lado da miséria, da dor e da humilhação, em proporção direta.

Estariam explicando por que a imagem que o público tem do jornalista é o que é — a de um ser meio "loucão", um tanto irresponsável, boêmio e notívago, quem sabe alcoólatra, boa praça, capaz de conviver com os contrários sem empenhar-se em polêmicas, transigente, excessivamente transigente.

E assim seguimos, o respeitável público e a corporação dos jornalistas, embalados nos matizes desse quadro, convencidos de que assim é, assim tem de ser, inexoravelmente.

Mas não é. Pelo menos, não tem de ser. E caminharemos para uma tragédia nacional se não reexaminarmos tudo — jornalistas, público e poder. Nas atuais circunstâncias brasileiras, não seria exagero até dizer que o seguimento da abertura pública está na dependência direta da revisão daqueles conceitos, daquelas visões, daqueles preconceitos.

Abertura política para valer tem de ser muito mais do que já vimos e admitimos. Abertura política implica concordância com pluralismo ideológico e respeito à divergência. Implica abrir espaço — e abrir os ouvidos — à reivindicação dos excluídos no modelo vigente. Implica transação, negociação, para atender às reivindicações, em parte ou no todo.

Mas não é possível chegar a nenhum desses lugares sem uma imprensa — e jornalistas — que fujam aos estereótipos mencionados acima. Não é possível abertura política com monopólio ou oligopólio de informação e de opinião. Abertura política exige, jornais capazes de criar condutos hábeis para captar e expressar o desejo do povo — e não a voz de uns poucos.

Neste momento de crise e transição na vida política brasileira, ao contrário de afastarmos o que tem de ilusório e pernicioso o quadro descrito mais acima, estamos na verdade erguendo mais alguns muros de preconceitos, que nos afastam da abertura, ao invés de nos aproximarem dela. E o terreno onde os equívocos mais estão surgindo é nas relações entre a imprensa e os governos eleitos por partidos oposicionistas.

Esperava-se que, por haverem gritado tanto, e por tanto tempo, contra o autoritarismo, esses governos tivessem uma postura mais democrática, esperassem da imprensa que lhes desse o conhecimento da realidade, do quadro social, do quadro político, do quadro econômico, dos erros e falhas da própria administração. Para que pudessem posi-

cionar-se diante da realidade econômica, social e política. Para que pudessem corrigir os erros, falhas e omissões da máquina administrativa. Mas não. Continuam a portar-se com o autoritarismo que condenaram nos palanques. A irritar-se ante a demonstração de suas fraquezas e erros. E, pior que tudo, continuam a iludir-se com os elogios fáceis dos que ontem lhes negavam uma simples menção. O bem é a adesão incondicional. O mal é a independência ativa. Porque o bem — como antes — está no poder. O mal está — como antes — na independência.

É um caminho perigoso. Resta muito pouco tempo no Brasil para tentar reverter o quadro econômico e social que nos assombra — se não pretendemos que cheguem dias trágicos. Governos e imprensa precisam reciclar-se com urgência, para não perderem o trem.

Os governos têm de abandonar a postura autoritária que impregnou todo o corpo social e político do Brasil. Têm de convencer-se de que não são donos da verdade, nem de fórmulas sábias, muito menos da pedra filosofal. Têm de abrir-se à contradição, à reivindicação aparentemente impossível de atender, têm de convencer os poderosos a ceder, têm que ouvir, ouvir e ouvir — e sofrer e sofrer porque não há soluções fáceis.

O caminho para isso passa necessariamente por uma imprensa independente, séria, isenta. Que vá buscar a voz do povo e a grite nos ouvidos do governante. Que vá ouvir os críticos do governo e leve aos governantes aquilo que é mais difícil escutar. Que busque as opiniões divergentes e estabeleça a contradição que move o mundo. E não vá ouvir, e não vá buscar, o elogio fácil, a adulação, a subserviência.

Mas para ser séria, isenta e independente, a imprensa também terá de mudar muito. Terá de abandonar a pretensão de ser a dona da verdade e o centro dos acontecimentos. Terá de ser muito mais humilde, entender que deve ser apenas conduto — e não parte — nessa difícil equação que é o relacionamento governo-comunidade.

Aqui, no **Diário da Manhã**, estamos começando a esforçar-nos para caminhar nessa direção. Tentando, através do Conselho Editorial, onde editores e repórteres têm voz e voto, chegar a opiniões que reflitam não as nossas posições pessoais e nossos desejos, e sim o que supomos ser o desejo coletivo, da sociedade. Tentando, através de um questionamento ético permanente, descobrir onde ainda se esconde nosso autoritarismo, nosso preconceito, nossa arrogância, nossa pretensão, nossa vaidade. Tentando, de certa forma, descobrir quem foi o Cristo, antes de dizer o que pensamos dele. E sem pretender que nossa opinião seja definitiva, a palavra final.

Nessa caminhada, erros são inevitáveis pela condição humana. Como já disse o poeta, "tudo o que existe para ser descoberto já foi inventado uma, duas, muitas vezes. Nossa missão é tentar. O resto não é da nossa conta".

Estamos tentando, para não fugir à nossa responsabilidade histórica e pessoal. Se não der certo, cada um assumirá sua parte no fracasso. Cada um de nós. E os que tentarem impedir a caminhada.

A fome e os jornalistas

No seu imenso e admirável estudo sobre Gustave Flaubert — *L'Idiot de la famille* — o velho Sartre diz que cada pessoa, cada ser humano, é "o universo particularizado". Desvendando-se a história de uma única pessoa, pesquisando-se à exaustão, seria possível, de fato, contar toda a história do gênero humano ou a história mesma do universo — através da ascendência de uma pessoa, de suas relações com outras pessoas e os ascendentes destas, do seu consumo, que mostraria o trabalho de toda a humanidade. Na história de uma caixa de fósforos estaria a história do mundo.

Essa mesma questão foi colocada de outra forma por outro velho sábio, Carl G. Jung, um dos pais da psicanálise. Para Jung, tudo está contido em tudo, tudo está relacionado com tudo. E o tempo não seria senão um artifício da mente humana para poder suportar o fulgor da realidade. Na verdade, tudo aconteceria simultaneamente — tudo o que consideramos passado, presente e futuro. E não há acaso, pensa Jung. Quem se der ao trabalho de examinar cuidadosamente qualquer fato, verá que ele está rigorosamente dentro da lógica da realidade, das conexões da realidade.

A sabedoria popular também pensa assim. E tenta, decifrando os sonhos, encontrar os números que serão sorteados no jogo do bicho. Tenta, apostando nos números que constam da placa do automóvel estacionado diante da loja da Loto, estabelecer uma conexão no que aparentemente é casual. Tenta, comprando o bilhete da loteria com o número da conta do hospital onde nasceu o filho, desvendar uma relação entre um fato (o nascimento, um bom augúrio) e outro (o sorteio, a sorte). Frequentemente, dá certo.

Em 1973, na minha penúltima tentativa na imprensa escrita, eu trabalhava num jornal do Rio de Janeiro e sentia imensa dificuldade de fazer um bom trabalho. Além da censura brutal da época, tinha a impressão de que uma grande parte dos jornalistas perdera o contato com a realidade, com os fatos, as pessoas. Só tratavam de "notícias" de abstrações que excluía a realidade mais elementar: a de que em cada notícia está um fato que implica sofrimento ou prazer de seres humanos. A redação especulava horas para saber quem seria o candidato à sucessão indicado pelo general Médici — uma notícia que não seria publicada, estava proibida. Mas ninguém se interessava pela história acontecida horas antes, duas quadras adiante do jornal: o mendigo que jogava suas esmolas todas as semanas na Loteria Esportiva, na esperança de ganhar e casar-se com a prostituta que fazia o trottoir na mesma calçada, matara o "rival" e a amada a facadas, ao surpreendê-los entrando num hotelzinho. Shakespeare teria escrito uma tragédia imortal. Os jornalistas achavam que "pé de chinelo" não é notícia.

Um dia, ao chegar à redação no começo da tarde, só se falava num assunto: uma pobre mulher se sentira mal no meio da rua, bem em frente ao jornal: pessoas caridosas a colocaram sentada na cadeira de um bottequim, do outro lado da rua, e começaram a telefonar para o INPS, inutilmente: não havia ambulâncias; ao longo do meio-fio, estavam estacionados pelos menos 50 carros, mas nenhum dos proprietários apareceu para conduzi-la a um hospital. E ela morreu ali, ao fim de uma hora. Sentada. Diante do jornal.

Não se falava de outro assunto na redação. Mas ninguém a socorrera, ninguém a fotografara, ninguém escrevera a notícia.

Comentei com um companheiro que me parecia um sinal dos tempos e um augúrio, um mau augúrio, talvez, por causa de tanta indiferença, tanto alheamento.

A morte diante do jornal. A indiferença diante do sofrimento. A não percepção da importância da notícia, reveladora de uma realidade brutal, mantida com a ajuda da censura férrea da época. Todos clamavam contra a censura, gostariam de estampar no jornal sua retórica anticensura. Poucos se lembravam de expor a realidade que batia à porta.

Esta semana, com mais dois companheiros que têm filhos na mesma escola de Goiânia em que estudam os meus, descobri que sabíamos há

mais de uma semana que as crianças de 4, 5, 8 anos, impressionados com a miséria que nos cerca, vinham coletando alimentos e agasalhos para doar a um orfanato. Mas levamos mais de uma semana para nos darmos conta de que o fato era importante, revelador da realidade que estamos vivendo. Para nos darmos conta de que era notícia — e notícia exemplar: poderia levar outras pessoas a se moverem também em defesa dos desprotegidos que já desmaiam de fome nas ruas. A notícia dentro de casa e nós, jornalistas, a filosofar sobre o sexo dos anjos.

Na mesma semana, tentamos, com apoio do jornal, interessar alguma entidade em organizar em Goiânia um programa semelhante ao que se faz em São Paulo, com a cobertura de entidades religiosas: juntam-se cinco famílias de operários e elas "adotam" as famílias de dois desempregados, repartem com elas os salários, para que tenham o que comer. Um programa que emocionou D. Paulo Evaristo Arns, uma das pessoas a quem o País mais deve em coragem cívica e zelo pastoral. Mas aqui não conseguimos encontrar quem se interessasse pelo programa, nem no âmbito civil, nem no religioso.

Na própria redação, a idéia suscitou reações: "Não é assistencialismo? Isso resolve?" É inútil argumentar que rótulos, palavras, não tem importância. Importa que há 200 mil desempregados em Goiás e suas famílias passam fome e frio. Importa que existem em Goiânia mais de 150 mil pessoas vivendo na penúria das invasões.

Não importa que programa ou processo as pessoas preconizem para mudar o mundo amanhã ou depois de amanhã. Importa não deixar pessoas passarem fome e frio. Hoje. Cada um faça o seu caminho, é livre para isso. Mas o caminho, seja qual for, não isenta ninguém da responsabilidade do aqui e agora. Não faz sentido deixar morrer de fome um desempregado para que o filho dele faça a revolução.

A realidade está batendo à porta. O gemido dos que sofrem está misturado às buzinas e ao ronco dos motores. É preciso estar de olhos e ouvidos abertos, puxar pelo paletó os poderosos e mostrar-lhes que é preciso mudar — já. Para isso existem os jornais. Para isso existem os jornalistas: para criar os canais de comunicação entre governantes e governados; abrir caminhos que nos permitam chegar àqueles que, segundo o sábio Tristão de Athayde, são os objetivos finais da espécie humana: a liberdade e a paz.

Macaco, olha o teu rabo

Na semana passada, escrevi aqui sobre a necessidade — do meu ponto de vista — de o jornalismo rediscutir-se eticamente e atualizar-se como conteúdo e forma, em função das novas necessidades sociais.

O Reynaldo Jardim, que chegou a Goiás com a corda toda, aceitou — o que é ótimo — entrar imediatamente na dança e escreveu no mural da Redação os pensamentos que transcrevo (com licença dele) porque acho interessante que o leitor acompanhe um debate em torno desse assunto e dele participe. Afinal, é dele, leitor, que se fala, em essência: de suas necessidades.

As idéias do Reynaldo:

"Eu não sei até que ponto as elites podem deixar de ser ouvidas. A estrutura sócio-administrativa do País, mesmo nos Estados de governos mais populistas como o nosso, é hierarquicamente, elitisticamente, centralizadora. Todas as decisões são de cúpula. E se o povo tem que saber o que está acontecendo, temos que ouvir as nossas elites. Mas não podemos ouvi-las simplesmente, sem uma visão crítica, para que o leitor saiba que a verdade governamental é uma e a verdade popular é outra".

"Não sei até que ponto estamos aparelhados para ouvir e traduzir corretamente a palavra popular. Nem sei se o povo está preparado para colocar corretamente mesmo seus pontos de vista. Temos um povo massacrado culturalmente, com anos e mais anos de desinformação. O povo é uma vítima asfixiada e está aí a recente eleição no Nordeste para mostrar como seu voto pode ser manipulado, falseado, roubado".

"Nós também somos uma elite (basta ser empregado para ser um privilegiado). O que nos pode salvar é uma consciência ou um complexo de culpa. Mas frequentemente estamos defendendo as camadas populares segundo nossa ótica, nossa classe social, nossa formação. E é quase impossível não fazer isso".

"Desconfio que o jornal está deixando de ser um veículo de comunicação de massa (quantitativamente, já deixou) e insistimos em querer falar com as multidões, quando somos lidos apenas por centenas de pessoas da classe A e B. A grande massa não tem dinheiro para comprar jornal".

"Abrimos espaços largos para exposições frequentadas por duzentas pessoas, para peças de teatro que saem de cartaz por falta de público, para shows a que comparecem no máximo 1.000 assistentes. Acharmos que o que vende jornal é polícia — quando mesmo os jornais de "sangue" não atingem 200 mil exemplares. Esta bom, 300, 500".

"Acho que temos que nos conformar em fazer um jornal para as classes de razoável poder econômico, de razoável escolaridade, de razoável interesse pela palavra impressa".

Não é o caso de polemizar com o Reynaldo Jardim, nem mesmo discutir, muito menos entrar num odioso me cita que eu te cito. Mas vale a pena conversar sobre e convidar o público a meditar sobre o assunto. Um dos impasses da caminhada democrática no Brasil está exatamente no estancamento da imprensa, sua incapacidade de se questionar eticamente.

Primeiro, a questão das elites. O que sustentei e sustento é que o jornalismo brasileiro quase sem exceção é fundamentalmente uma visão de todas as elites — política, econômica, cultural, sociológica. E como essas elites estão esgotadas, sem soluções, a imprensa contribui para manter o impasse na medida em que não renova o debate, trazendo as visões de fora para dentro e de baixo para cima. É evidente que deslocar as elites de algum espaço que ocupem provoca reações. Mas há um campo possível, exatamente na medida em que elas se sabem exauridas; se idéias novas não oxigenarem o ambiente, elas morrerão asfixiadas. Por isso se fez a abertura, por isso ela não foi ainda interrompida. E na medida em que o modelo se tornou tão excludente a ponto de só deixar espaço para banqueiros e exportadores, é possível caminhar naquela direção com o indispensável apoio também nas classes A e B.

Agora, de fato é preciso questionar a própria posição pessoal dos jornalistas, enquanto membros, eles mesmos, dessas elites. Pelo menos da elite econômica e cultural (econômica porque a média dos jornalistas ganha de 5 a 6 salários mínimos para mais; cultural porque, por maiores que sejam as deficiências de formação, não poderão ser comparadas

com as da média da população, onde cerca de 65 por cento têm no máximo curso primário completo; além disso, entram em jogo culturas diferentes).

Como consequência dessa posição pessoal, a corporação jornalística tende, de fato, a julgar os interesses do público pela sua ótica particular, seja econômica ou cultural. Mais ainda: tende a colocar fora dela, apenas, um problema que está nela também, como está no próprio público: o do autoritarismo. Basta ver como funciona a estrutura de uma família no Brasil. Como funciona qualquer microestrutura social, das empresas aos clubes esportivos, das corporações armadas às igrejas. E como funciona, dentro de cada uma delas, cada um dos níveis hierárquicos.

Esse é um problema crucial, escandaloso no Brasil de hoje. Todos apontam o autoritarismo governamental — sentados sobre o próprio rabo.

A distorção econômica, cultural e autoritária nos leva a nós, jornalistas, a sairmos da Redação, supostamente em busca de informação, mas com a matéria já pronta na cabeça — e só enxergando na realidade, nos fatos, aquilo que contesta a nossa visão.

E por esse caminho chegamos ao círculo vicioso aparentemente intransponível. Somos, os jornalistas, elite, convivemos com a elite, transmitimos uma visão de elite. A sociedade, principalmente sua parte menos favorecida, jamais consegue espaço para colocar sua visão de mundo, suas reivindicações, suas exigências.

Se não consegue ser ouvida, não consegue formar opinião, nem apoio político para transformar a sociedade. Se não consegue isso, não consegue melhores condições econômicas e culturais. E sem elas não tem sequer como comprar jornal — ou comprar o que quer que seja, como é o ponto para o qual se está caminhando no Brasil. Em resumo, temos uma elite produzindo cada vez mais para si mesma, seja do ponto de vista econômico, seja do cultural. Um processo que leva certamente à loucura e à morte.

O problema, portanto, não é a morte do jornal — é a doença da sociedade. E a nossa função, enquanto jornalistas — e cidadãos — é impedir a vitória da doença. Tentando, na medida das nossas forças, expor a realidade com a fidelidade possível.

Como diz o Reynaldo, é preciso superar uma contradição pessoal, uma contradição de classe dos jornalistas. Mas sem isso não haverá jornalismo digno desse nome.

O diabo na rua, no redemunho

Mário Pedrosa era um homem extraordinário. Professor e crítico de arte, alinhava entre seus amigos Picasso e Calder, Henry Moore e Andy Warhol. Militante político durante décadas, conviveu com Malraux e Allende, Trostsky e Prestes. Jornalista e escritor, publicou alguns dos mais lúcidos estudos sobre a realidade brasileira e internacional, entre eles **A Opção Imperialista** e **A Opção Brasileira**.

Era uma cabeça de sábio aliada a uma alma de menino, sempre disposta a participar, viver, falar aos jovens, transmitir experiência. Em 1970, acusado de "difamar a imagem do Brasil no exterior", mandando notícias sobre torturas de presos políticos (questionava-se o envio da notícia, não a sua veracidade...), Mário Pedrosa teve de assilar-se na Embaixada do Chile, no Rio de Janeiro. Fui visitá-lo ali, na véspera de sua partida para o Chile, dividindo o quarto de empregada com um jovem operário paulista, também asilado. Enquanto a artista plástica Ligia Pappé filmava a alegria juvenil do Mário, expulso de seu País aos 70 anos de idade por acreditar na suprema dignidade humana, eu pensava em como é estranho esse Brasil que se dá ao luxo de dispensar aos pontapés uma inteligência daquele quilate. Mas dispensou.

Mário foi para o Chile, onde criou o Museu da Solidariedade, uma iniciativa de arrear, com doações de artistas do mundo inteiro, a começar por Picasso e Miró, Calder e Moore. Mas Allende foi deposto e de novo Mário teve de refugiar-se em uma embaixada entupida de perseguidos e, pela quarta ou quinta vez, amargar um exílio — México, Estados Unidos, França.

Com a anistia, Mário Pedrosa voltou, o corpo cansado, perto dos 80 anos, mas a cabeça jovem como sempre, surpreendente: quando a vanguarda artística correu para perguntar-lhe sobre as últimas novidades mundiais em artes plásticas, Mário começou a falar sobre a sofisticação da arte plumária dos índios brasileiros...

Um dia, toca a campainha de seu apartamento, no Rio de Janeiro, Mário abre e vê um jovem universitário de seus vinte anos, barbudo e desmazelado, que lhe pede desculpas:

– O senhor não me conhece, vai me julgar atrevido de procurá-lo assim, mas acontece o seguinte: eu tinha de vir porque o senhor é um homem muito experiente em derrotas, eu preciso falar com o senhor.

Mário Pedrosa contava esse episódio com os olhos cheios de lágrimas, profundamente grato ao jovem desconhecido que escolhia, entre as experiências, a do derrotado.

Este longo nariz de cera introdutório é para trazer à colocação, como se dizia antigamente, essa polêmica, essa discussão fervente que se plantou esta semana entre os jornalistas de Goiás – e entre os leitores do **Diário da Manhã**, na medida em que o tema foi colocado em suas páginas – sobre as demissões de funcionários do jornal em existência ou não, aqui, de um projeto de jornalismo livre, isento, sem compromisso com o que quer que seja que não o fato e a interesse do leitor e da comunidade.

Por que, então, falar em derrota?

Porque uma das possibilidades, nesta história, é exatamente a da derrota do projeto do DIÁRIO DA MANHÃ. Parece heresia falar isso, a qual faz parte das técnicas de condicionamento para qualquer luta jamais admitir a possibilidade de derrota. Mas é uma insensatez. Assim só se fabricam robôs, não pessoas livres.

E uma pessoa livre sabe que uma de suas possibilidades, em qualquer situação, é perder, ser derrotado. Sabe mais até: dependendo da situação, dependendo da circunstância, é preferível ser derrotado, é melhor escolher e aceitar a derrota.

Modéstia à parte, e sem pretender comparação com o Mário Pedrosa, tenho a minha experiência em derrotas. Muitas derrotas em muitos jornais, revistas, muitos lugares. Também assiti, testemunhei derrotas de companheiros que se meteram nessa aventura quase insana de levar a

sério o jornalismo. Vi muitas derrotas do Aloysio Biondi, do José Antônio Menezes, do Reynaldo Jardim. Sei das derrotas do Marco Antônio Coelho. Vi as derrotas do Jânio de Freitas, do Newton Carlos, do Cláudio Abramo, do Hideo Onaga, tanta gente.

Não me assusta a possibilidade de derrota.

O **Diário da Manhã** está, como diria Guimarães Rosa, no meio da rua, no redemunho. E, como sabem os que leram Guimarães Rosa, no meio do redemunho está o diabo.

Pois é, o diabo.

O episódio das demissões de jornalistas do **Diário da Manhã**, que o leitor certamente acompanhou durante a semana, colocou sobre a mesa – como o Luciano Fortini disse com extraordinária felicidade ontem na reunião do Conselho de Leitores – a questão candente da relação dos sindicatos com a sociedade, com a realidade maior que extrapola a corporação, qualquer corporação.

Não adianta mais fugir do diabo. Vamos perguntar:

Para que serve um sindicato de jornalistas? Só para defender o mercado de trabalho dos jornalistas? Ou o sindicato é uma entidade política que, ao se posicionar, deve ter em conta não apenas os interesses da sua corporação mas também os da comunidade, da sua cidade, do seu Estado, do seu País, de todo e qualquer cidadão, principalmente dos que pedem menos e dele mais precisam?

Quando, num conflito com um jornal sobre o mercado de trabalho, se tomam decisões, é preciso ou não pensar nas repercussões dessa decisão sobre a comunidade e cada cidadão? E se os interesses forem conflitantes, qual deve prevalecer?

Qual deve ser o relacionamento de um sindicato com as empresas que empregam os membros da corporação? Uma relação que só se exercita no momento da crise? Ou os sindicatos terão de aprender a encontrar caminhos que os levem a participar de decisões que viabilizem ou inviabilizem uma empresa – e, portanto, um projeto jornalístico e um segmento do mercado de trabalho? Todas as empresas e projetos jornalísticos são iguais? Ou é preciso distinguir e posicionar-se de acordo com a distinção?

Se se quiser ir mais longe ainda: o jornalismo deve ser uma função de escolha pessoal ou os jornalistas deveriam ser eleitos pela comunidade, por se tratar de um cargo de representação (afinal, eles são os olhos, ouvidos e, quando possível, boca da comunidade)?

No mais, quando há vitórias e derrotas, pode-se relembra o episódio citado pelo sábio Montaigne: Poiiperconte perguntou certa vez a Alexan-

dre o Grande por que não se valia da escuridão da noite para atacar Dario.

"Não me parece digno roubar vitórias" — respondeu Alexandre.
"Prefiro queixar-me da sorte a envergonhar-me da vitória".

O leitor como testemunha

Com apenas duas matérias, publicadas sábado e domingo últimos, Aloysio Biondi — que foi até há pouco editor adjunto deste **Diário da Manhã** e acaba de assumir a Editoria de Economia da **Folha de São Paulo** — abortou outra manobra dos eternos especuladores com alimentos, que ameaçavam levar às nuvens, mais uma vez, os preços dos gêneros mais consumidos pela população.

Com base em informações parciais — e algumas distorcidas — sobre os efeitos da seca, provocada pelo veranico de janeiro, na safra de alguns produtos, os especuladores começaram a puxar de novo a cotação interna do arroz, do milho, do feijão e mais alguns produtos.

Nos minuciosos levantamentos que publicou, Aloysio Biondi provou: 1) que os efeitos da estiagem sobre a safra estavam sendo exagerados, talvez intencionalmente; 2) que não se estava levando em consideração no noticiário a participação real da safra desta ou daquela região no conjunto da colheita (por exemplo: se se diz apenas que houve uma quebra de 30 por cento na safra de feijão de Santa Catarina, a notícia impressiona muito; é preciso acrescentar que a participação de Santa Catarina na safra nacional de feijão é quase insignificante); 3) que se estava omitindo a informação de que as safras de cereais deste ano serão bem maiores que as do ano passado; por isso, mesmo deduzindo as quebras pela estiagem, a oferta dos produtos será muito maior; portanto, não há razão para alta de preços; 4) que se omitia também a informação de que voltava a chover em quase todas as regiões produtoras.

Não se trata apenas de um trabalho competente de um profissional sério. É bem mais que isso. Trata-se de um trabalho jornalístico com o

sentido de responsabilidade social que deveria caracterizar todos os profissionais nos meios de comunicação — mas que, infelizmente, não se pode dizer que seja a regra. Muito ao contrário, tende mais para a exceção.

Ao abortar a manobra especulativa, Aloysio Biondi mais uma vez impediu — como já conseguira, parcialmente, em setembro, com artigos aqui no DM — que uns poucos especuladores voltassem a lucrar dezenas ou centenas de bilhões de cruzeiros, à custa da imensa maioria da população e, principalmente, da parte mais desprotegida dessa população.

Todo jornalista deveria ter isso em mente ao escrever cada notícia. É correta? Está completa? A quem serve ou pode servir?

Mas essa postura exige muito trabalho e sacrifício. E implica riscos. Frequentemente, de perder o emprego.

Aloysio Biondi mantém, há quase vinte anos, um arquivo pessoal de assuntos econômicos, que lhe exige dedicação e sacrifício, horas diárias de trabalho que poderiam ser consagradas à família ou ao lazer. Todos os dias, lê, acompanha e anota a evolução das cotações de dezenas de produtos e papéis (aquelas páginas de jornal que só os especialistas e interessados específicos lêem). Por isso, é capaz, por exemplo, de entrar num supermercado, percorrer uma só fila de prateleiras e escrever uma página de jornal sobre a situação do abastecimento de gêneros no País, as manobras especulativas, as perspectivas neste ou naquele setor.

Mais isso lhe tem custado muito caro também sob outro aspecto. Poderia ser rico, dando assessoria a governos, empresas. Poderia ter uma vida tranquila, se aceitasse os padrões "jornalísticos" mais comuns na nossa imprensa. Poderia ter a proteção "grupai", se aceitasse os alinhamentos automáticos, à direita ou à esquerda. Como não aceita nada disso, continua hoje como começou há quase 30 anos: uma vida espartana e desprotegida. E, volta e meia, enfrenta a ira de "conservadores" ou "progressistas", por situar-se com independência diante deste ou aquele assunto, desprezando a ortodoxia.

Não é apenas, nem principalmente, para destacar o trabalho de um companheiro que trago esses fatos. É para convidar a corporação jornalística e o leitor a um mergulho nesse debate sobre jornalismo e jornalistas, que aflorou nos dias mais agudos da crise pós-demissões no **Diário da Manhã**. É que parece amortecido ou esquecido (como exceção, que eu tenha visto, apenas artigos do Luciano Fortini).

Naqueles dias efervescentes, a reação coletiva (que era justa e necessária) às demissões ficou apenas no aspecto corporativo, de defesa dos empregos. Não só esqueceu o leitor, a sociedade, como, ao posicionar-se sectariamente contra um projeto que vinha sendo executado com

a participação efetiva da Redação, colocou-se, **a priori**, contra os interesses do leitor.

Repito o que escrevi na ocasião. Os jornalistas precisam debater sem mais perda de tempo algumas questões candentes, que podem queimar-lhes as mãos e a consciência. Para que serve um jornal? Para que serve um jornalista? Para que serve um sindicato de jornalistas? E mais: quando se discutem jornais e jornalistas, que interesse deve ser prioritário? Os jornalistas? O do jornal? Ou o do público/sociedade? Porque eles podem, eventual e circunstancialmente, ser contraditórios. Nem é preciso que haja crises para que o sejam.

Possivelmente, para fazer um trabalho da qualidade daquele que o Aloysio Biondi, por exemplo, faz, um jornalista terá de trabalhar, todos os dias, mais horas do que lhe pagam. Que deve ele fazer? Colocar seu justo interesse pessoal acima do interesse coletivo e renunciar à possibilidade de um trabalho socialmente importante? Ou sacrificar momentaneamente o interesse pessoal e fazer o trabalho, embora lutando toda uma vida (e arriscando por isso seus empregos) por melhores condições de trabalho para a categoria e cada um de seus membros, como faz o Aloysio Biondi?

E assim será diante de cada uma das terríveis questões que podem confrontar um jornalista, no seu dia-a-dia.

Que fazer, por exemplo, se diante de uma notícia colide o interesse do leitor com o interesse do Estado, do qual o jornalista será também servidor? Sacrifica-se o leitor ou arrisca-se o segundo emprego? E se a notícia colide com os interesses aparentes do agrupamento político a que pertencemos? E se desafia interesses de grupos econômicos com capacidade de retaliação e de nos fazer perder o emprego?

Os exemplos podem variar ao infinito. Mas terão, todos, um ponto em comum: vão colocar-nos diante de uma alternativa dramática, diante da necessidade de escolher entre uma lesão ao nosso direito ao trabalho e à sobrevivência e uma lesão à nossa consciência — tendo o leitor como testemunha e juiz.

Não se pode pedir ou exigir o heroísmo. Mas também não se pode escapar à realidade.

Quem manda na televisão

Alguns anos atrás, numa redação de jornal, travou-se um diálogo interessante entre dois redatores:

— Não adianta querer me convencer de que a televisão melhorou, já faz boas coisas — diz um. E seguia: Eu NAO GOSTO de televisão.

— Você está enganado — dizia o outro. A televisão é que não gosta de você, não se preocupa com você, não está interessada em conquistá-lo. Você é parte de uma minoria econômica e cultural que não tem importância para a televisão. No dia em que a televisão estiver interessada em você, você estará frito: vai ver televisão 24 horas por dia, porque ela botará no ar só coisas do seu interesse e muito bem feitas.

O diálogo é altamente esclarecedor. Poucas coisas fizeram mais mal ao Brasil, nas últimas décadas, que o pensamento — disseminado por intelectuais e jornalistas, principalmente — segundo o qual a televisão é uma geringonça acionada por idiotas e burros para produzir idiotas e burros. Quem dera que fosse! A televisão é um arsenal tecnológico sofisticado e caríssimo, acionado por pessoas quase sempre muito competentes e voltado (no caso brasileiro) para a formação de um mercado consumidor de produtos de massa.

O problema da televisão raramente está no que ela faz, que quase sempre é bem feito. O problema, quase invariavelmente, está no que ela não faz, no que deixa de fazer.

Uma discussão dessa natureza tem de começar desfazendo um equívoco: o produto de uma televisão comercial, como a nossa, não são

os programas que ela apresenta: os programas são apenas o meio para se chegar ao produto real, que É A AUDIÊNCIA. A televisão vende audiência, não programas. O anunciante compra audiência, não programas. E na massa de público que verá seu anúncio que o anunciante está interessado, não na qualidade do programa. Como a televisão é um meio caríssimo, os programas custam muito dinheiro. Por isso, só podem ser patrocinados por produtos de largo consumo, nos quais é possível diluir o custo do anúncio em milhões de unidades produzidas. E por isso a televisão, em geral, só se dirige às grandes massas de públicos — e não às elites culturais e econômicas. É massificadora por definição. Trata-se de uma opção de mercado, não de uma fatalidade determinada por ignorância.

Desfeito o equívoco inicial, pode-se seguir na discussão sobre os conteúdos da televisão comercial. Ela terá, como se disse, conteúdos que lhe permitam captar, para os anunciantes, as grandes audiências. Serão assim conteúdos capazes de agradar ao gosto médio das chamadas classes médias. E mais: ela evitará conteúdos que possam prejudicar suas relações com as outras duas pontas do tripé que a sustenta: com os anunciantes e com o poder político. Com os primeiros, por motivos óbvios: se contrariados, retirarão seu apoio. Com o segundo, porque ele detém o poder absoluto de conceder ou cassar canais de televisão.

Assim se definem os conteúdos da televisão comercial, no show, na novela e — o que é pior — no jornalismo.

E assim se coloca, mais uma vez, o tema da necessidade de controle social da informação. A sociedade precisa encontrar caminhos que lhe permitam influir no conteúdo dos meios de comunicação, incluída a TV.

É uma questão delicada, vital e urgente. Delicada porque o controle não pode se confundir com — nem abrir caminho para — a censura. Vital porque informação é poder e só se construirá uma sociedade aberta se o poder da informação estiver diluído entre seus membros, e não concentrado nas mãos de alguns. E urgente porque se paga um alto preço a cada dia que passa.

No mundo todo há uma preocupação com o problema. Como já foi dito aqui mesmo, a Alemanha Ocidental, por exemplo, entregou a direção de suas TVs (estatais) a colegiados nos quais estão representados os vários setores sociais: os sindicatos, as igrejas, as entidades patronais, os partidos políticos (na proporção de suas representações parlamentares). Outros países criaram tribunais e códigos de ética. Outros ainda recorrem ao ombudsman (uma espécie de procurador do interesse público, com fortes poderes que lhe são atribuídos pela Constituição). Alguns países entregam ao Congresso os poderes para atribuir e cassar canais, abrindo por esse caminho a possibilidade de controle social. O que não faz sentido é o modelo brasileiro, em que a concessão de canais depende do arbítrio de umas poucas pessoas no Executivo, e

a viabilidade econômica está condicionada pelo modelo de relações com os fabricantes de produtos de massa.

Os resultados sociais desse modelo defeituoso são desastrosos. São, principalmente, antidemocráticos.

Ainda na semana que passou tivemos um extraordinário exemplo disso. Ao gravar um programa de TV, o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, interrogado sobre qual o melhor caminho para os mutuários do BNH, respondeu que o melhor seria dar um tiro na própria cabeça, pois o seguro pagaria o restante das prestações e os filhos do mutuário estariam garantidos para o resto da vida, sem despesas.

O colunista Tarso de Castro, da **Folha de São Paulo**, relatou isso em sua coluna, na segunda-feira, dia em que o programa iria ao ar (às 23 horas). Houve reações indignadas no Congresso e na sociedade. E a fala de Pastore não só foi cortada do programa, como não se permitiu que os jornalistas vissem a fita original. Mais um caso em que o problema não está no que vai ao ar — está no que não vai, na informação subtraída à sociedade.

Mas isso não vale só para a televisão, vale para todos os meios de comunicação. Outro exemplo: nessa mesma semana, um dos grandes jornais do Rio de Janeiro escondeu em página interna a notícia — que certamente interessava à imensa maioria da sociedade — de que 350 mil crianças das escolas públicas dos subúrbios e da Baixada Fluminense passariam a receber leite B todos os dias. O outro grande jornal nem publicou a notícia. Mas na primeira página dos dois havia informações até das primárias em Porto Rico.

Já não espanta que os jornalistas não se mobilizem em defesa do controle social da informação. Quase nada os mobiliza mais. O que espanta é que a vítima, a sociedade, ainda não se mexa.

CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR 16

“Como o Brasil pode chegar a ser uma sociedade democrática se os interesses de 90 milhões não aparecerem na comunicação?” e “a crise de identidade da imprensa” são as duas colunas mestras deste **Caderno de Educação Popular 16**. As reflexões do Autor, Washington Novaes, partem da premissa que “a igualdade na oportunidade de acesso à informação é um pressuposto da democracia”.

Coleção: Cadernos de Educação Popular

- Nº 1 - Para Analisar Uma Prática de Educação Popular - Educação Popular: Um Depoimento - Beatriz Costa e Bernard von der Weid
- Nº 2 - Depoimento: Fala um Operário - Equipe do Nova
- Nº 3 - Conversando com os Agentes - Saber Popular/Educação Popular - Afda Bezerra e Pedro Benjamin Garcia
- Nº 4 - Só a Gente Que Vive é Que Sabe - O Que é a Seca - Equipe do Nova
- Nº 5 - Movimento dos Trabalhadores. Um Debate - Equipe do Nova
- Nº 6 - Do Fruto à Raiz - Zeca Tiago
- Nº 7 - Saúde e Educação Popular - Equipe do Nova
- Nº 8 - Alfabetização de Adultos - Equipe do Nova
- Nº 9 - O Trabalhador e a Produção Hoje - Equipe do Nova
- Nº 10 - MEB: Uma História de Muitos - Maria Afda B. Costa. Vera Jaccoud e Beatriz Costa
- Nº 11 - Agora o Mundo Não é Só o Nosso Lugar - Gustavo Lyra
- Nº 12 - Por Que as Crianças Não Gostam da Escola? - Luísa Castiglioni Lara
- Nº 13 - Educação Popular em Debate - Vários Autores
- Nº 14 - África Atual: Três Histórias, Várias Questões - João Bosco Feres, Valdir Carlos Sarapu e Irene Loewenstein
- Nº 15 - Produção Associada: Pensares Diversos - Beatriz Costa, Ivandro da Costa Sales, Carlúcio Castanha e Francisco Lara
- Nº 16 - A Quem Pertence a Informação? - Washington Novaes



Nova

ISBN 85.326.0132-4